



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XI — N.º 167

CAPITAL FEDERAL

TÉRÇA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1956

## Relação das Comissões

### Comissões Permanentes

#### Diretora

Apoimio Salles — Presidente.  
Vivaldo Lima — 1.º Secretário.  
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário  
Carlos Lindemberg — 3.º Secretário  
Kerginaldo Cavalcanti — 4.º Secretário.  
Neves da Rocha — 1.º Suplente.  
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.

#### Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.  
Cezar Vergueiro — Vice-Presidente.  
Ary Vianna.  
Alberto Pasqualini (1).  
Onofre Gomes.  
Victorino Freire.  
Paulo Fernandes.  
Mathias Olympio.  
Mourão Vieira.  
Fausto Cabral.  
Daniel Krieger.  
Juracy Magalhães.  
Othon Mäder.  
Julio Leite.  
Novaes Filho.  
Domingos Vellasco.  
Lino de Mattos.

#### SUPLENTE

João Arruda.  
Lima Guimarães.  
(1) Substituído pelo Sr. Lima Guimarães.  
Secretário — Renato A. Chermont.  
Reuniões às sextas-feiras, às 10 horas e 30 minutos.

#### RELATORES DESIGNADOS PELO SR. PRESIDENTE PARA O ORÇAMENTO DE 1957:

Cezar Vergueiro — Ministério da Agricultura.  
Ary Vianna — Ministérios da Guerra e Marinha.  
Lima Guimarães — Presidência da República.

## Comissão Mista de Reforma Administrativa

### Convocação

Por determinação do Sr. Presidente da Comissão Mista de Reforma Administrativa, convido os Srs. Membros desta Comissão, para se reunirem no dia 2 de Outubro próximo, Terça-feira, às 10 horas, na Sala dos Líderes, no Palácio Monroe (Senado Federal).

José da Silva Lisboa  
Secretário

Victorino Freire — Ministério da Justiça.

Paulo Fernandes — Ministério da Agricultura.

Mathias Olympio — Poder Judiciário.

Mourão Vieira — Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia.

Fausto Cabral — Ministério do Trabalho.

Daniel Krieger — Ministério da Educação e Cultura.

Juracy Magalhães — Receita.

Othon Mäder — Ministério da Viação e Obras Públicas.

Julio Leite — Ministério da Fazenda.

Novaes Filho — Ministério das Relações Exteriores.

Domingos Vellasco — Poder Legislativo.

Lino de Mattos — Ministério da Saúde.

João Arruda — Tribunal de Contas e Conselho Nacional de Economia.

### Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (1).

Gilberto Marinho. (2)

Benedicto Valladares.

Gaspar Velloso.

Ruy Carneiro.

Lourival Fontes. (3)

Lima Guimarães.

Daniel Krieger.

Atílio Vivacqua.

Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente por Rui Palmeira.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Cabral.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 14 horas.

### Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.

Julio Leite — Vice-Presidente.

Sá Tinoco.

Remy Archer (1).

Lima Teixeira.

Fernandes Távora.

Tarcísio de Miranda.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Sebastião Archer.

Secretário — Renato Chermont.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Educação e Cultura

1 — Lourival Fontes — Presidente.

2 — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.

3 — Ezequias da Rocha.

4 — Gilberto Marinho.

5 — Mem de Sá.

6 — Mourão Vieira.

7 — Reginaldo Fernandes.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

### Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

Sebastião Archer. (2)

Primio Beck.

Lino de Mattos.

João Arruda.

Paulo Fernandes (1).

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente por Remy Archer.

Secretário — Pedro de Carvalho.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.

2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.

3 — João Villasbôas (\*).

4 — Costa Pereira.

5 — Saulo Ramos.

(\*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Argemiro de Figueiredo.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

### Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.

João Villasbôas — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho. (1)

Benedicto Valladares.

Lourival Fontes. (2)

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira.

Bernardes Filho.

Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Leonidas Mello.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mourão Vieira.

Secretário — J. B. Castelo Branco.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

### Comissão de Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.

2 — Pedro Ludovico (1). — Vice-Presidente.

3 — Leonidas Mello.

4 — Fausto Cabral.

S — Saulo Ramos.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Alô Guimarães.

Secretário — Nathércia Sá Leão

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

### Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente

Caetano de Castro — Vice-Presidente

Are Vianna

Francisco Gallotti (1)

Alencastro Guimarães

Sylvio Curvo

Maynard Gomes

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes

Secretário — Romildo Duarte

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas

### Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente

2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente

3 — Francisco Gallotti

4 — Gaspar Veloso

5 — Coimbra Bueno

\* Substituído temporariamente pelo Sr. Mem de Sá

Secretário — Francisco Soares Aruda

Reuniões — As quintas-feiras, às 16 horas

### Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente  
Gilberto Marinho — Vice-Presidente

Are Vianna

Caetano de Castro

Mem de Sá

Mathias Olympio

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

LEOPOLDO CESAR DE MIRANDA LIMA

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 30,00

Ano ..... Cr\$ 98,00

Exterior

Ano ..... Cr\$ 136,00

#### FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 23,00

Ano ..... Cr\$ 76,00

Exterior

Ano ..... Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas podem-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Sa Fúfoca

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos

Reuniões — As quintas-feiras

Atílio Vivacqua — Relator

Filinto Müller

Secretário — José da Silva Lisboa

Reuniões — As quintas-feiras

### Comissões Especiais

#### De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente

Georgino Azeiteiro — Vice-Presidente

### Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente

Ruy Carneiro

Filinto Müller  
Francisco Gallotti  
Saulo Ramos  
Argemiro de Figueiredo  
Othon Mäder  
Kerginaldo Cavalcanti  
Júlio Leite

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente  
Aarão Steinbruch — Relator Geral  
Tarso Dutra  
Jefferson Aguiar  
Moury Fernandes  
Licurgo Leite  
Sylvio Sauson  
Lourival de Almeida  
Raimundo Brito

### Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba

Mathias Olympio — Presidente

Domingos Velasco — Vice-Presidente

Mendonça Clark — Relator

Remy Archer

Parsifal Barroso

Coimbra Bueno

Ezequias da Rocha

Secretário — José Soares de Oliveira

Reuniões — As sextas-feiras, às 20 horas

### Comissão Mista

#### Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente

Gomes da Oliveira — Vice-Presidente

Gustavo Capanema — Relator

Afonso Arinos — Relator

Are Vianna

Coimbra Bueno

Juracy Magalhães

Bernardes Filho

Caetano de Castro

Remy Archer

Lopo Coelho

Bilac Pinto

Batista Ramos

Arnaldo Cerdeira

Secretários — Lazary Guedes e José da Silva Lisboa

da 141.ª Sessão, da 2.ª Sessão Legislativa, da 3.ª Legislatura, em 24 de Setembro de 1956

### RESIDÊNCIA DO SR. APOLO NIO SALLES

#### SUMÁRIO

#### PROJETOS DE LEI CHEGADOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Projeto de Lei da Câmara n.º 211, de 1956 (na Câmara dos Deputados: 4.699-54), que revoga o Decreto-lei n.º 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio.

— Projeto de Lei da Câmara n.º 212, de 1956 (na Câmara dos Deputados: 781-55, que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista Hamilton Barata.

#### DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Kerginaldo Cavalcanti — Questões relativas ao curso de estudos ligado ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Senadores Gomes de Oliveira, Francisco Gallotti e Ruy Carneiro — Necrológio do Sr. Adolpho Konder.

Senador Victorino Freire — Homenagem ao General Juarez Távora.

Senadores Prímio Beck, Gilberto Marinho e Daniel Krieger — Discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1956.

#### MATERIAS VOTADAS

— Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1956, que revigora por 30 anos o prazo concedido no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional). (Aprovado)

— Projeto de Lei da Câmara n.º 163, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. (Aprovado)

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1956, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para execução de obras de regularização do regime e derivação de águas de rios, relacionadas com o plano de eletrificação do mesmo Estado, cujo registro foi denegado pelo Tribunal de Contas em sessão de 14-10-55. (Aprovado)

— Projeto de Lei da Câmara n.º 286, de 1952, que revigora o inciso IX do § 6.º do artigo 173 do Decreto-lei n.º 4.657, de 4-9-42 (Código Civil). (Aprovado)

— Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1955, que concede à Cia. Margiana de Estradas de Ferro, isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços. (Aprovado)

— Projeto de Lei da Câmara n.º 161, de 1956, que isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália, por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil. (Aprovado)

— Projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco. (Aprovado)

— Requerimento n.º 522, do Sr. João Villasboas e outros Srs. Senadores, em homenagem em memória do Sr. Adolpho Konder. (Aprovado)

— Requerimento n.º 523, do Sr. Victorino Freire, de dispensa de interstício para o Projeto de Resolução n.º 33, de 1956

Comprometimento: 47 Srs. Senadores.

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS  
ACHAM-SE PRESENTES OS SE-  
NHOES SENADORES

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira.  
— Cunha Mello. — Prisco dos San-  
tos. — Alvaro Adolpho. — Remy Ar-  
cher. — Victorino Freire. — Arão  
Leão. — Mathias Olympio. — Leo-  
nidas Mello. — Onofre Gomes. —  
Fausto Cabral. — Fernandes Távora.  
— Kerginaldo Cavalcanti. —  
Georgino Avelino. — Reginaldo Fer-  
nandes. — Ruy Carneiro. — Apolô-  
nio Salles. — Jarbas Maranhão.  
— Ezequias da Rocha. — Freitas Ca-  
valcanti. — Rui Palmeira. — Jú-  
lio Leite. — Neves da Rocha. — Ju-  
racy Magalhães. — Lima Teixeira.  
— Atílio Vivacqua. — Ari Viana.  
— Sá Tinoco. — Paulo Fernandes.  
— Tarciso Miranda. — Caiado de  
Castro. — Guilherme Marinho.  
— Benedito Valadões. — Lima Gui-  
marães. — Moura Andrade. — Do-  
mingos Velasco. — Coimbra Bueno.  
— Costa Pereira. — Sylbio Curvo.  
— Jodo Villasboas. — Gaspar Vello-  
so. — Gomes de Oliveira. — Fran-  
cisco Gallotti. — Primo Beck.  
— Daniel Krieger. — Mem de Sá.  
— (17).

# O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o com-  
parecimento de 47 Srs. Senadores.  
Havendo número legal, está aberta  
a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 1.º Secretário procede à  
leitura da ata da sessão anterior,  
qua, posta em discussão, é sem  
debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o se-  
guinte

## Expediente

1 — Apelos no sentido da rá-  
pida aprovação das seguintes pro-  
posições:

— Projeto de Reforma a Consti-  
tuição (da Câmara) que assegura  
comunidades parlamentares para os  
Vereadores;

— da Câmara Municipal de Nova  
Petrópolis — RS;

— Projeto de Lei (do Senado) que  
proíbe a elevação de preços de qual-  
quer utilidade, seja qual for sua pro-  
cedência ou destino;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Pelotas — RS;

2 — Observações e sugestões  
sobre proposições em curso no  
Congresso;

— Projeto de Lei n.º 41-56 (do  
Senado) que proíbe a elevação de  
preços de qualquer utilidade, seja  
qual for sua procedência ou destino;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Santos — SP;

— Projeto de Lei n.º 1.453-53 (na  
Câmara) que prorroga por mais dois  
anos a Lei do Inquilinato;

— do Presidente da Associação dos  
Proprietários de Imóveis da Santa  
Maria — RS;

3 — Solicitações e sugestões  
para apresentação de proposi-  
ções:

— que estende a Consolidação das  
Leis do Trabalho aos trabalhadores  
rurais;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de São João da Boa Vista —  
SP;

— que transfira para a competên-  
cia dos Municípios, o imposto Terri-  
torial Rural;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Getulim — RS;

— que cria o "Fundo Nacional de  
Auxílio aos Municípios";

— do Presidente da Câmara de Ve-  
readores de Santiago — RS;

— que dê o nome de Getúlio Var-  
gas a nova Capital da República;

— do Presidente da Câmara de  
Vereadores de São Borja — RS;

### 4 — Diversos assuntos:

Projeto de Reforma da Lei de Im-  
prensa: — Manifestações contrárias.

### Ofícios:

— do Presidente da Associação Bra-  
sileira de Rádio — DF;

— do Presidente do Sindicato dos  
Trabalhadores nas Indústrias Meta-  
lúrgicas, Mecânicas e de Material  
Elétrico do Rio de Janeiro — DF;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Araputuba — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Bauru — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Bragança Paulista — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Estrela D'Oeste — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Marília — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de São Caetano do Sul;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de São Carlos — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de São João do Rio Preto — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Pôrto Alegre — RS;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Anápolis — GO;

### Telegramas:

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de S. Luiz — MA;

— do Presidente da Assembleia Le-  
gislativa de Teresina — PI;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Maceté — AL;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Campos — RJ;

— do Presidente do Sindicato dos  
Jornalistas Liberais do Rio de Ja-  
neiro — DF;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Itariri — SP;

— do Presidente da Associação  
Valeparaibana de Imprensa — Tau-  
baté — SP;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Florianópolis — SC;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Carlas — RS;

— da Assembleia Legislativa de  
Pôrto Alegre — RS;

— do Presidente da Câmara de  
Vereadores de Santiago — RS;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Rio Grand — RS;

Congratulações pelo transcurso  
do 10.º aniversário da Constitui-  
ção Federal:

### Telegramas:

— do Grão Mestre da Loja Maço-  
nica de Fortaleza — CE;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Pentecoste — CE;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Santa Cruz do Norte — CE;

— do Presidente da Câmara de  
Vereadores de Rui Barbosa — BA;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Castelo — ES;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Jabacaré — ES;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Alrucca — MG;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Cambuquira — MG;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Rubim — MG;

— do Prefeito Municipal de Palmas  
— PR;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Bela Vista — MT;

— do Presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Rondonópolis — MT;

Comunicações de solenidades le-  
vadas a efeito em comemoração  
ao 10.º aniversário da Constitui-  
ção Federal:

— do Presidente da Assembleia Le-  
gislativa de Maceté — AL;

— do Prefeito Municipal de Ca-  
choeira — BA;

— do Presidente da Assembleia Le-  
gislativa de Vitória — ES;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Campos RJ;

— do Presidente do Sindicato dos  
Jornalistas Profissionais do Rio de  
Janeiro — DF;

— do Presidente dos Bancários de  
Belo Horizonte — MG;

— do Presidente da Associação dos  
Funcionários Municipais de Pôrto  
Alégre — RS;

— do Presidente da Câmara Muni-  
cipal de Rio Grande — RS;

Aviso do Senhor Ministro da Jus-  
tiça e Negócios Interiores, nos seguin-  
tes termos:

Em 21 de setembro de 1956

G-3.333:

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de transmitir a V.  
Exa., com duas cópias e antes do  
término do prazo legal, as anexas in-  
formações do Chefe de Polícia, solici-  
tadas pelo Requerimento 507-56 do  
Senador Juraci Magalhães.

2. Cumpre-me esclarecer ainda a  
respeito do assunto:

a — que, em 12 do corrente, o  
Chefe de meu Gabinete, transmi-  
tiu ao Chefe de Polícia, de ordem,  
o Ofício 3.203, junto por cópia,  
solicitando-lhe mandar instaurar  
inquérito administrativo, de acôr-  
do com o artigo 217 do Estatuto  
dos Funcionários, para a imediata  
apuração das acusações e denún-  
cias, formuladas pela imprensa,  
contra servidores do Departamen-  
to Federal de Segurança Pú-  
blica; e

b — que, a 14 deste mês, dois  
dias após, o Chefe do meu Gabi-  
nete, devidamente autorizado,  
mandou, ainda, ao Chefe de Poli-  
cia, o Ofício 327, junto por cópia  
também, e em resposta à sua so-  
licitação, indicando nomes, para a  
constituição da Comissão de In-  
quérito.

Aproveito a oportunidade para re-  
novar a Vossa Excelência protestos  
de alta estima e distinta considera-  
ção. — Nereu Ramos.

Cópia Autenticada

Em 12 de setembro de 1956

G-3.208:

Senhor Chefe de Polícia:  
De ordem do Ministro da Justiça,  
solcito a Vossa Excelência que, à vi-  
sta das acusações e denúncias, de or-  
gãos da imprensa geôa citada, a sen-

vidores desse Departamento feitas  
pelo "Diário Carioca", inicialmente,  
e, depois, por outros jornais, seja  
mandado instaurar inquerito adminis-  
trativo de acôrdo com o disposto no  
artigo 217 do Estatuto dos Funciona-  
rios, para apuração imediata das  
mesmas.

Aproveito a oportunidade para re-  
novar a Vossa Excelência protestos de  
perfeita estima e distinta considera-  
ção. — Paulo Lyra — Chefe do Ga-  
binete.

Cópia Autêntica

G. 3.227.

Em 14 de setembro de 1956.

Senhor Chefe de Polícia.

De ordem do Ministro da Justiça e  
em resposta ao Ofício GCP-63-S, de  
ontem, de Vossa Excelência, comuni-  
co-lhe que Sua Excelência, atendendo  
à sua solicitação, indica, para a cons-  
tituição da comissão, que promoverá o  
referido processo administrativo, os  
seguintes funcionários:

a — Dr. Jefferson Machado de Góes  
Soares, 10.º Defensor Público do Mi-  
nistério Público do Distrito Federal,  
para Presidente;

b — Dr. Antenor Lúcio Coelho, De-  
legado de Polícia; e

c — Ademaro Mollo, Assistente Ju-  
rídico, Referência 31, da TUM, deste  
Ministério, lotado no Departamento  
de Imprensa Nacional.

Aproveito a oportunidade para re-  
novar a Vossa Excelência protestos de  
perfeita estima e distinta considera-  
ção. As. Paulo Lyra, Chefe do Ga-  
binete.

Gabinete do Chefe de Polícia.

1.139-GCP.

Em 19 de setembro de 1956.

Senhor Ministro:

Em atenção ao solicitado por esse  
Ministério, em rádio n.º G/3.256, de  
15 último, tenho a honra de encami-  
nhar a Vossa Excelência as informa-  
ções destinadas a responder aos ques-  
tões constantes do Requerimento nú-  
mero 507, formulado pelo Senador Ju-  
racy Magalhães e publicado no Diá-  
rio do Congresso Nacional, Seção Se-  
gunda, de 14 do corrente.

2. São os seguintes os esclareci-  
mentos desta Chefia com relação a  
cada um dos itens do requerimento  
aludido.

Resposta ao item 1.º:

A Chefia de Polícia determinou a  
apuração dos fatos a que se refere  
a pergunta através de processo ad-  
ministrativo e de inquérito policial pa-  
ra a devida punição administrativa e  
penal de todos quantos forem acha-  
dos em culpa.

Resposta ao item 2.º:

Os clubes mencionados, que tinham  
autorização para a prática de jogos  
esportivos e desvirtuaram, clandesti-  
namente, a faculdade que lhes fora  
autorgada, instalando em suas sedes  
jogos proibidos, foram fechados e  
impedidos de funcionar.

Resposta ao item 3.º:

A vigilância policial foi intensifi-  
cada e reforçada pela ação das De-  
legacias Distritais, no sentido de impe-  
dir que outros clubes licenciados ex-  
plorem jogos proibidos e, bem assim,  
para descobrir e fechar outros antros  
de jogatina porventura secretamente  
existentes no Distrito Federal, sendo  
certo que nenhuma casa de tabulegem  
funciona nesta capital "com o conh-  
cimento e a complacência" de auto-  
ridades superiores deste Departamen-  
to.

Qualquer denúncia ou indicação a  
tal respeito apresentada à Chefia de  
Polícia ou à Delegacia de Costumes  
será imediatamente averiguada para  
os fins previstos na lei penal.

## Resposta ao item 4.º:

O inquérito policial e o processo administrativo estão sendo iniciados de forma que, no momento, não é possível relacionar servidores comprovadamente culpados. As punições administrativas e criminais serão consequência da conclusão dos procedimentos aludidos.

## Resposta ao item 5.º:

A Chefia de Polícia substitui as autoridades diretamente responsáveis pelo setor policial encarregado da repressão a jogos proibidos. Isto é, o Chefe da Seção Criminal e Substituto do Delegado, o Chefe da Subseção de Jogos e o da Seção de Diversões, bem como transferiu da Delegacia de Costumes e Diversões outros servidores. O titular da Delegacia, após alguns dias apenas de gestão, foi acometido de mal súbito e se encontra afastado das funções desde 21 de agosto último.

A Chefia de Polícia determinou às autoridades distritais a intensificação do combate aos jogos de azar, sob o controle direto de seu Gabinete e da Delegacia de Costumes, aos quais deverão ser apresentados relatórios mensais sobre as atividades desenvolvidas nesse setor.

Quanto à parte final da pergunta parece a esta Chefia prejudicada, face à resposta sob número 2.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração. — Gen. Bda. Augusto da Cunha Maggessi Pereira, Chefe de Polícia.

## Ao Requerimento.

Ofícios da Câmara dos Deputados:

º 1.874, comunicando haver sido aprovada a emenda do Senado oferecida ao Projeto de Lei da Câmara número 144, de 1956, que abre, ao Poder Legislativo, os créditos suplementar de Cr\$ 24.920.000,00 sendo Cr\$ 16.520.000,00 à Câmara dos Deputados e Cr\$ 8.400.000,00 ao Senado Federal, em reforço de dotações orçamentárias vigentes; e especial de Cr\$ 27.041,10, para pagamento de diferenças de salário-família e gratificação adicional no período de 1951 a 1955, enviado à sanção.

Ns. 1.842 e 1.843, encaminhando autógrafos dos seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei da Câmara  
N. 211, de 1956

N.º 4.699-B-1954, na Câmara dos Deputados)

Revoga o Decreto-lei n.º 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou na Estação Paulo de Frontin no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o disposto no § 4.º do artigo 18 e no parágrafo único do artigo 25 do Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 19.688, de 29 de setembro de 1945, a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara  
N. 212, de 1956

(N.º 781-C-1955, na Câmara dos Deputados)

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.600,00 mensais ao jornalista Hamilton Barata.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 5.600,00 (cinco mil cruzeiros) mensais ao jornalista Hamilton Barata.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

SÃO LIDOS E VÃO A IMPRIMIR  
OS SEGUINTE PARECERES

## Parecer n. 941, de 1956

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado número 34, de 1956, que proíbe o provimento de cargos públicos, e dá outras providências.

Relator — Sr. Daniel Krieger.

É dever do Congresso, onde se expressam o pensamento e a vontade do povo, procurar, por todos os meios a seu alcance, remédio para a difícil situação financeira em que se debate o país.

Louvável, por isso mesmo, é o presente projeto, no qual se proíbe o provimento de cargos públicos, medida que, em princípio contribuiria, de algum modo, para alcançar o tão desejado equilíbrio orçamentário, condição básica para uma real tarefa de recuperação econômica e financeira.

O projeto do eminente Senador Noveas Filho constitui um esforço nesse sentido e, por isto, merece o nosso elogio.

Infelizmente, porém, concluímos, depois de examiná-lo devidamente, não poder ele merecer o beneplácito desta Comissão, pelos motivos que a seguir exporemos.

Para melhor compreensão da matéria, analisaremos artigo por artigo da proposição, fazendo a crítica de cada um deles, método que permitirá, afinal, uma perfeita visão do assunto.

II. O artigo 1.º dispõe que, durante o período de dois anos, só poderão ser providos, no serviço público federal e autárquico, os cargos em comissão, ficando vedada qualquer outra admissão, inclusive de extranumerários.

O artigo é flagrantemente inconstitucional. A competência da Legislativo é — (artigo 65, IV, da Constituição) — para criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial; o provimento dos cargos, porém, é atribuição privativa do Presidente da República — (artigo 87, V).

A função de Legislativo é, na espécie, meramente normativa; a função administrativa incumbem ao Executivo. O Congresso cria e extingue cargos; mas, uma vez criados os cargos, só o Presidente da República pode provê-los.

## III. O artigo 2.º estatui:

“A admissão de pessoal pago à conta das antigas Verbas 3 — Serviços e Encargos e 4 — Obras, Equipamentos e Aquisições — de Imóveis poderá ocorrer nos casos de substituição e desde que não acarrete aumento de despesas.

Parágrafo único. É indispensável a publicação, no “Diário Oficial”, das admissões verificadas nos termos deste artigo, bem como das dispensas do pessoal pago à conta de dotações globais, mencionando-se em cada caso o nome, a função e o salário do substituto e do substituído.”

O artigo e o seu parágrafo único são perfeitamente dispensáveis, pois repetem, *ipsis litteris*, o que está nos artigos 1.º e 2.º do Decreto número 39.533, de 7 de julho de 1956.

O projeto não tem artigo 3.º.

O artigo 4.º estabelece:

“Quando se tratar de obra ou serviço novo, já autorizado pelo Presidente da República, a autoridade competente poderá promover a admissão de pessoal indispensável, publicando a tabela respectiva e mencionando o número e a natureza do emprego, o salário a ser pago e os recursos orçamentários próprios, observado o critério dual-decimal.”

Trata-se de uma reprodução integral do artigo 3.º do citado Decreto número 39.533.

O artigo 5.º está assim redigido:

“O Departamento Administrativo do Serviço Público acompanhará a fiel observância desta lei, cabendo-lhe, inclusive, propor as providências consideradas necessárias nos casos de admissões ou nomeações, “mesmo em caráter interino”, efetivadas em desacordo com as normas constantes dos artigos anteriores.”

Este artigo é, também, simples cópia do artigo 4.º do Decreto número 39.533. Apenas foi feito um acréscimo, no sentido de obrigar o DASP a intervir, mesmo quando se tratasse de nomeações em caráter interino.

## IV. O artigo 6.º reza:

“É vedada a criação de funções de extranumerário, correspondentes ou equivalentes às dos cargos e carreiras dos funcionários do Quadro Permanente, ainda que de denominação diversa ou excedendo os limites da dotação orçamentária própria, bem como o preenchimento das funções existentes.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, serão revistas as atuais tabelas de extranumerários mensais, extinguindo-se as funções vagas e transferindo-se para a tabela suplementar, as funções ocupadas que não atenderem ao disposto neste artigo.”

O artigo pode ser dividido em duas partes.

Na primeira, em que veda a criação de funções de extranumerários, correspondentes ou equivalentes às dos cargos e carreiras dos funcionários do Quadro Permanente é, em princípio, quanto ao mérito, aceitável, visto que evitaria males como as famosas Tabelas Únicas, responsáveis por tantos abusos e injustiças e que tumultuaram sobremaneira a administração.

Acontece, porém, que o exame do mérito do assunto é da alçada da Comissão de Serviço Público.

Além disso, o artigo não especifica em que tipo de serviços se vedaria a criação de funções e, pelo que determina o parágrafo 2.º do artigo 87, da Constituição, a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, é da alçada exclusiva do Presidente da República.

Em sua segunda parte, quando proíbe o preenchimento das funções existentes, o artigo em estudo é inconstitucional, pois, como o artigo 1.º, ofende o artigo 87, V, da Lei Maior. Ademais, o abuso na nomeação de servidores foi, na hipótese, neutralizado pelo Decreto número 36.209, de

20 de setembro de 1954, cujo artigo 1.º, suspende a admissão de pessoal extranumerário, salvo necessidade urgente e comprovada de serviço, que não possa ser atendida pela redistribuição de servidores; de acordo com a legislação em vigor.

Relativamente ao parágrafo único do artigo, perdeu sua razão de ser, uma vez que a Lei n.º 2.284, de agosto de 1954, regulou em definitivo a situação dos extranumerários, ao estabelecer — (artigo 1.º) — que:

“os extranumerários mensais da União e das autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 — (cinco) — anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.”

O artigo 7.º, suspendendo, por dois anos, a realização de concursos e provas de habilitação para provimento de cargos públicos, inclusive os autárquicos, e prorrogando, por igual prazo, a validade dos concursos já realizados, é uma decorrência lógica do artigo 1.º, somente vale como parte integrante de um todo e, por consequente, só poderá subsistir — e o deveria — se a proposição fosse aprovada.

V. Como se vê, o projeto contém algumas disposições inconstitucionais — (artigo 1.º e parte final do artigo 6.º) — e outras inócuas, porque repetem o que já está regulado em leis vigentes — (artigo 2.º e parágrafo único e artigos 4.º e 5.º).

A parte aproveitável da proposição, contida no artigo 6.º, não deve ser consideradas isoladamente, o que fugiria à boa técnica legislativa.

Diante do exposto, embora reconhecendo haja sido o projeto inspirado em eievados propósitos, opinamos pela sua rejeição, por inconstitucional.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1956. — Cunha Mello, Presidente. — Daniel Krieger, Relator. — Ruy Carneiro. — Lima Guimarães. — Argemiro de Figueiredo. — Gilberto Marinho. — Benedito Valadares.

## Parecer n. 942, de 1956

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 200, de 1956, que revê a autorização contida no art. 11 da Lei n.º 1956 de 26 de agosto de 1953.

Relator: Sr. Ary Vianna

O projeto de lei da Câmara n.º 200, de 1956, oriundo de Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, revalida autorização de crédito especial dada no artigo 11 da Lei n.º 1956, de 26 de dezembro de 1953.

A referida lei, que regulou a divisão militar do território nacional para emprego combinado das Forças Armadas, criou, com existência permanente, três Zonas de Defesa (Nordeste Sul e Atlântica, cada uma sob a jurisdição de um Grande Comando Combinado).

Para esse fim, a própria lei, no artigo 11, autorizou o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender as despesas de instalação dos mencionados Comandos.

Acontece, entretanto, que, o prazo da autorização legislativa para abertura do crédito em causa, esgotou-se a 31 de dezembro de 1954, conforme esclarece a Mensagem que deu origem ao projeto.

Como a necessidade do crédito permanece para instalação dos Grandes Comandos Combinados criados pela Lei n.º 1956, de 26 de agosto de 1953, a Comissão de Finanças é de parecer favorável a este projeto.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1956. — Alvaro Adolpho, Presidente. — Ary Vianna, Relator.



— Cesar Vergueiro. — Lima Guimarães. — João Arruda. — Mem de Sá. — Mathias Olimpio. — Victorino Freire. — Fausto Cabral. — Daniel Krieger. — Domingos Velasco. — Juracy Magalhães. — Júlio Leite.

### Parecer n. 943, de 1956

Da Comissão de Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 29 de 1954, que modifica o art. 92 da tabela constante do Decreto n.º 32.392, de 9-3-53 (Consolidação das Leis do Imposto do Selo).

Relator: Sr. Lima Guimarães.

Em maio de 1953, o então Deputado João Cabanas, apresentou a consideração de seus pares o presente projeto, de n.º 229, de 1954, com objetivo de modificar o artigo 92 da tabela constante da Consolidação das Leis do Imposto de Selo (Decreto número 32.392, de 9 de março de 1953).

O artigo 92, citado, da tabela que acompanha a Consolidação se refere às taxas especiais cobradas pela Polícia Civil do Distrito Federal. A respeito, o autor, da proposição em estudo considera obsoletas as bases em que o selo Policial é cobrado, bases essas estranhas mantidas na reforma levada a efeito pelo decreto já citado na antiga lei de selo (Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942).

Tais aspectos, entretanto, não se inscrevem entre aqueles sobre que esta Comissão tem competência regimental para opinar; dizem respeito ao mérito do projeto, já examinado favoravelmente, aliás, pelas doulas Comissões de Economia e Finanças.

A Comissão de Constituição e Justiça cabe examinar a matéria no tocante ao seu duplo aspecto constitucional e jurídico.

Nada vemos, nesse particular, que fmeça a sua aprovação. O Decreto de 1953 conservou erroneamente a denominação que os serviços policiais da Capital tinham em 1942, época da primeira lei do selo, isto é, "Polícia Civil do Distrito Federal". Este, na realidade, é o antigo nome do atual Departamento Federal de Segurança Pública, órgão de âmbito federal, mantido pela União e cuja ação se exerce na maior parte das vezes, na Capital da República. É o que ocorre, aliás, com outros organismos, entre os quais se incluem o Corpo de Bombeiros, a Justiça e a Biblioteca Nacional. Estes, como aqueles, são órgãos que prestam serviço público federal, sobre o qual apenas a União compete legislar.

Outra não é a finalidade do projeto em tela, por cuja aprovação, face ao exposto ora nos manifestamos.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1956. — Cunha Mello, Presidente. — Lima Guimarães, Relator. — Lourival Fontes. — Gilberto Marinho. — Ruy Carneiro. — Argemiro de Figueiredo. — Benedito Valadares. — Daniel Krieger.

### Pareceres ns. 944 e 945, de 1956

N.º 944, DE 1956

Da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução n.º 33, de 1956 que nomeia para o cargo de Auxiliar Legislativo candidatos habilitados em concurso.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

A Comissão Diretora do Senado oferece o Projeto de Resolução número 33-56 em que nomeia Nery Gomes, Antônio de Araújo Costa, Arthur Levy Sequeira Schute e Ruth de Souza Castro para o exercício do cargo de Auxiliar Legislativo, classe J, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Os candidatos foram habilitados em concurso e a nomeação obedece rigorosamente à ordem de classificação.

Trata-se da execução da Resolução n.º 12-55, para o que conta com dotação orçamentária para o presente exercício financeiro.

Em face da sua legalidade, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1956. — Cunha Mello, Presidente. — Lima Guimarães, Relator. — Ruy Carneiro. — Argemiro de Figueiredo. — Lourival Fontes. — Benedito Valadares. — Gilberto Marinho.

N.º 945, DE 1956

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Resolução n.º 33, de 1956.

Relator: Sr. Domingos Velasco.

Pelo presente Projeto de Resolução n.º 33, de 1956 são nomeados para exercer o cargo de Auxiliar Legislativo, classe J, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Nery Gomes, Antônio de Araújo Costa, Arthur Levy Sequeira e Ruth de Souza Castro, candidatos aprovados em recente concurso público.

A proposição é de iniciativa da doulta Comissão Diretora, que a justifica com a imperiosa necessidade de atender aos crescentes serviços burocráticos desta Casa.

As nomeações obedecem à rigorosa ordem de classificação no referido concurso e com elas se executa a Resolução n.º 12 de 1955, havendo dotação orçamentária para o presente exercício financeiro.

Nada temos a opor ao projeto.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1956. — Alvaro Adolpho, Presidente. — Domingos Velasco, Relator. — Cesar Vergueiro. — Mathias Olimpio. — Lima Guimarães. — João Arruda. — Juracy Magalhães. — Victorino Freire. — Júlio Leite. — Ary Vianna. — Fausto Cabral. — Daniel Krieger. — Mem de Sá.

### O SR. PRESIDENTE:

Está feita a leitura do expediente. Comunico ao Senado que, há poucos momentos, esteve no Gabinete da Vice-Presidência o Governador Ildo Meneghetti, do Estado do Rio Grande do Sul, que veio especialmente para transmitir a todos os membros desta Casa os seus agradecimentos pela colaboração que emprestaram ao Governo daquele Estado, nos assuntos referentes ao Legislativo.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E lido o seguinte

### Requerimento n. 522, de 1956

Nos termos do art. 125, parágrafo único, letra b, do Regimento Interno requeremos sejam prestadas as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do ilustre brasileiro, ex-membro desta Casa do Congresso Nacional, que foi o Dr. Adolpho Konder. Inserir em ata de voto de profundo pesar: apresentação de condolências à família, ao Estado de Santa Catarina e ao Partido a que pertencia o extinto.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1956. — João Villasboas. — Francisco Gallotti. — Freitas Cavalcanti. — Vinício Lima. — Gomes de Oliveira. — Salmão Curvo. — Caiado de Castro. — Victorino Freire. — Onofre Gomes. — Leonides Mello. — Ezechias da Rocha. — Costa Pereira. — Amândio Sales. — Rui Palmeira. — Daniel Krieger. — Juracy Magalhães. — Kerginaldo Cavalcanti. — Manoel Vieira. — Primo Beck.

### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

### O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, já estava eu inscrito para falar sobre o desaparecimento do Dr. Adolpho Konder. Associe-me, portanto, ao requerimento do nobre Senador João Villasboas, a que apus minha assinatura e que dispensa justificacão, por que Adolpho Konder era uma personalidade muito conhecida. Secretário da Fazenda e Governador do Estado de Santa Catarina e Constituinte de 1934, revelou sempre uma personalidade incomum.

Como legislador, administrador e homem público, era figura marcante na vida de Santa Catarina e, podemos dizer, do País.

O meu Estado, aliás, deu geração privilegiada de homens públicos, que não só em Santa Catarina, como em todo o Brasil, demonstraram as mais altas qualidades, como Nereu Ramos, Fulvio Aducci Victor Konder, Adolpho Konder e seu irmão Marcos Konder.

Adolpho Konder era uma dessas inteligências cintilantes, que dava brilho a todos os empreendimentos a que seu espírito público o levava.

Como Governador de Estado, foi notável a sua obra, no terreno financeiro, e sobretudo, no rodoviário. Sob sua administração, foram dados os primeiros impulsos nesse setor, e, hoje, Santa Catarina, proporcionalmente, talvez seja o Estado de maior quilometragem rodoviária; graças, em grande parte, à iniciativa e ao esforço empreendedor de Adolpho Konder.

Já combatido pela moléstia, que o vitimou, Adolpho Konder nem por isso se abateu. Era um espírito forte, sempre levado pelas aspirações do interesse público, vivo, cintilante, ativo, mesmo depois de afastado da vida pública.

Embora colocássemos-nos em campos diversos na política, pois que Adolpho Konder era elemento ativo da UDN, com aquele espírito que caracteriza a vida pública de Santa Catarina, em que as paixões não obscurecem nunca o mérito dos adversários, quero, nesta oportunidade, louvar o trabalho, a obra de Adolpho Konder, como administrador em meu Estado, e proclamar seu alto senso de civismo, incansável na preocupação do interesse coletivo.

Associe-me, Sr. Presidente, de coração, às homenagens prestadas a Adolpho Konder; e em nome da bancada Trabalhista, consternado, dou inteiro apoio ao requerimento do nobre Senador João Villasboas. (Muito bem!)

### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti.

### O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o meu Estado natal está vivendo momentos dos mais tristonhos possíveis. Nesta hora, os despojos de Adolpho Konder, a bordo de um avião, demandam as terras catarinenses.

Meus conterrâneos, enlutados receberão aquele corpo inerte, mas verá nele o grande cidadão que foi Adolpho Konder. Ex-deputado federal, ex-governador da nossa terra, posso afirmar que não deixou inimigo pessoal no Estado das barrigas-verdes. Chefe de um partido adversário daquele ao qual pertence, membro, que foi, da União Democrática Nacional, jamais qualquer adversário levantou a voz para proferir contra Adolpho Konder qualquer censura, dada a lhanza do seu trato e a elevação de seus sentimentos.

Neste momento, levanta-se a voz do Partido Social Democrático de Santa Catarina cuja representação, há poucos instantes, se encontrava reunida no aeroporto, inclusive o eminente Sr. Ministro da Justiça, para render a Adolpho Konder as últimas e teve tanto dinamismo, daquele que

mais justas homenagens que um homem público merece.

Sr. Presidente, já o meu nobre colega de bancada, representante do Partido Trabalhista Brasileiro, se referiu com minudência à individualidade desse ilustre brasileiro. A mim, como catarinense; a mim, como pesadista; a mim, como parlamentar; a mim, como brasileiro, cabe deixar, nestas palavras, que profiro, sensibilizado no Senado da República, as mais profundas saudades de Adolpho Konder. Foi ele, na nossa terra, uma bandeira ao lado de seus dignos irmãos, aos quais, Santa Catarina tanto deve. Peço, neste instante, considere o Senado o Partido Social Democrático integralmente apoiando todas as homenagens prestadas ao ilustre morto, e faça uma oração com o pensamento em Deus para que o reciba no seu Reino, Coração justo e humanitário como foi, merecedor da felicidade eterna.

Aos catarinenses, uma palavra: prossigam sempre com o pensamento em Adolpho Konder, respitando a sua memória e, sobretudo, seguindo-lhe o exemplo para a grandeza da terra dos barrigas-verdes. (Muito bem!)

### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira.

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não precisaria a União Democrática Nacional proferir uma só palavra depois das manifestações dos eminentes representantes de Santa Catarina, adversários políticos de Adolpho Konder. Com admirável grandeza de sentimentos prestará S.S. Ex.ªs. a homenagem que podem prestar a um adversário quando nele reconhecem qualidades e virtudes — virtudes e qualidades de que era possuidor o saudoso catarinense Dr. Adolpho Konder.

O Sr. Ezechias da Rocha — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. RUI PALMEIRA — Pois não, com todo o prazer.

O Sr. Ezechias da Rocha — Em nome do Partido Republicano, associe-me às homenagens que estão sendo prestadas ao saudoso catarinense, Adolpho Konder, reconhecendo pela Nação como uma das figuras mais representativas da vida nacional.

A SR. RUI PALMEIRA — Obrigada a V. Ex.ª.

Dizia eu, Sr. Presidente, que se fazia desnecessário uma palavra do meu Partido, quanto tinhamos julgamento tão eloquente a respeito da vida de um grande brasileiro, feito pelos seus próprios adversários, mas nem por sentir a significação das manifestações da gente catarinense, através de seus dois eminentes representantes, nesta Casa, deveríamos silenciar, diante de uma perda que amargura o Estado de Santa Catarina, de uma perda que tem a maior repercussão nos meios políticos brasileiros.

Adolpho Konder, como foi salientado, exerceu as mais destacadas posições políticas no seu Estado, quando, em 1930, um movimento revolucionário fez desmoronar a estrutura política de então não desistiu ele das suas atividades publicas ao contrário, em todos os instantes da vida continuou a ser um homem eminentemente político; continuou e dar a sua mais constante contribuição ao esforço pelo aprimoramento dos costumes políticos na nossa Pátria; continuou a ser aquele grande e decidido lutador de todas as horas.

Nem a doença, que em parte o imobilizou de tempos para cá, conseguiu fazer com que Adolpho Konder abandonasse aquelas atividades que exercia em virtude de vocação; nem a moléstia o fizesse desistir de continuar participando da tarefa de construir o grande futuro para nossa Pátria.

Nesta hora, Sr. Presidente, em a gente catarinense se prepara para receber o corpo imobilizado daquele que teve tanto dinamismo, daquele que

teve tanto espírito e muitos os instantes da que teve tanto espírito a animá-lo em todos os instantes da sua vida, nós da União Democrática Nacional, perdemos um dos mais vigorosos líderes do nosso Partido, desejamos, participando dessa homenagem, que o Senado tributa à sua memória, levar ao povo do grande Estado sulino a nossa solidariedade na dor, e a nossa reafirmação de que, veremos sempre, aqueles que por ele foram liderados, veremos sempre a boa lente catarinense na sua luta pelo aperfeiçoamento do regime democrático, que tanto o preocupava; pelo engrandecimento do Brasil, pelo qual tanto trabalhou.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. RUI PALMEIRA — Pois não. O Sr. Mem de Sá — Rogaria a V. Ex. que seu discurso fosse também em nome da bancada do Partido Libertador, tão grande são as nossas vinculações e tão justas são as homenagens de que V. Ex. está sendo intérprete.

O SR. RUI PALMEIRA — Sr. Presidente, junta-se às manifestações já aqui ouvidas, e do meu Partido, a palavra do Partido Libertador que, por intermédio do seu eminente representante nesta Casa, o nobre Senador Mem de Sá, traz-nos a sua solidariedade, nesta homenagem.

Ao concluir minhas ligeiras considerações, reafirmo nosso desejo de honrar a memória de Adolpho Konder, lutando, incansavelmente, para que os ideais que sempre o animaram e nortearam tenham cada dia mais oportunidade de triunfar, no mundo político brasileiro.

Homenageando a memória de um ilustre brasileiro, lamentamos o desaparecimento do grande companheiro. A dor dos catarinenses junta-se a de todo o povo brasileiro, que sabe honrar os que viveram a serviço de seus interesses, de seus ideais e de seus sonhos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa associa-se, de coração, às homenagens prestadas ao estadista desaparecido. Reconhecemos na pessoa do Dr. Adolpho Konder a representação legítima da elite brasileira, sempre a serviço da Pátria, em qualquer Partido, dentro da configuração política da nacionalidade.

O SR. VICTORINO FREIRE:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Para explicação pessoal — Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, encontrava-me ausente dos trabalhos desta Casa, na última sessão, quando o eminente representante do Rio Grande do Sul, meu prezado amigo e ilustre Senador Mem de Sá, tratou, com o brilho da sua inteligência, o perfil de cidadão e soldado do General Juarez Távora, manifestando seu pesar — que foi, também, de todo o Senado — por ver aquele insigne militar afastar-se do serviço ativo do Exército.

Amigo do General Juarez Távora e tendo tido a honra e o orgulho de servir sob suas ordens no quadro de confiança dos seus auxiliares, quando Sua Excelência foi Ministro da Agricultura, não poderia deixar de vir a esta tribuna solidarizar-me com o eminente Senador pelo Rio Grande do Sul.

Presto, assim, homenagem de justiça e amizade ao General Juarez Távora.

Sou um homem mal julgado por uns e encarado com benevolência por outros, entretanto, jamais fui acusado

de ser infiel a meus amigos! Absolutamente fiel ao meu Partido, muito mais o sou às minhas amizades. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lima de Mattos, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, segundo orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, terceiro orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, não é demais classificar de relevante, o que me traz à tribuna. Com efeito, existe um curso de estudos ligado ao Departamento Administrativo do Serviço Público, no qual mais de dois mil estudantes encontram, gratuitamente, possibilidades de se desenvolver e de prestarem à Nação inestimáveis serviços.

Tanto basta para salientar a significação deste meu gesto, que é, também, apelo dirigido ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek, ilustre e honrado Presidente da República, de modo a que, quanto antes, venho S. Ex. a atalhar o mal com o remédio respectivo.

Esses cursos do DASP — gratuitos — facultam aos estudantes pobres a aquisição dos ensinamentos imprescindíveis às diversas atividades humanas.

Sr. Presidente, a razão de ser desta divagação está em que este ensino se encontra em vias de ser interrompido porque funcionando o curso no Edifício Andorinha, o proprietário do prédio sob a alegação de obras extraordinárias a serem executadas, promoveu uma ação de despejo, que finalmente vingou, trazendo consequentemente essa dependência do DASP a iminência de ser fechada. O cumprimento da decisão judiciária em tanto redundará.

Deyo esclarecer ao Senado e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, de quem depende o Departamento Administrativo do Serviço Público, que os móveis já começaram a ser retirados do segundo andar, o que mostra quão grave, difícil e, pode-se dizer, calamitosa é a situação neste momento.

Procuram-se transferir esses móveis para o terceiro andar, mas, do mesmo modo sofre este com a ação de despejo, como se compreende. Assim, em breves dias, a execução alcançará também esse pavimento, e desaparecerá, por falta de local apropriado, as aulas que tanto contribuem para o desenvolvimento moral e espiritual de nossa gente.

Estou trazendo ao conhecimento do Sr. Presidente da República, fato que não pode admitir mais delongas e que reclama providência imediata. Os estudantes, em número de mais de dois mil, dirigiram ao Chefe do Governo por intermédio de seus delegados, aquilo que eles chamam de memorial apelo, no qual expõem confiantemente esse estado de coisas, na esperança de que seja tomada uma providência eficaz.

Superem os interessados que, em virtude da ação de despejo, valha-se o Governo de prédio pertencente à Nação, existente no centro, e permita que ali continuem seus estudos. Não querem outra coisa; não estão pedindo, senão, providência das mais justas, e, por via de consequência, estou bem certo de que serão atendidos pelo eminente Sr. Presidente Juscelino Kubitschek.

Sr. Presidente, vou ler, como peça elucidativa, e para que conste dos nossos anais, não só uma espécie de comunicação que me fazem, como também esse memorial apelo.

Éis o conteúdo da comunicação, assinada pela comissão, e a mim dirigida:

"A Comissão que esta subscreve, sob delegação dos alunos que frequentam as aulas ministradas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público na sede dos cursos sita no "Edifício Andorinha" nesta Capital, tem a insigne honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso Memorial apelo, para o qual pleiteiam o nobre e decidido apoio de Vossa Excelência.

Os cursos em apêgo, Excelência, constituem, inequivocamente, legítimo aperfeiçoamento extra-escolar. Esses milhares de alunos que não tiveram, quase todos, em sua juventude, as premissas e bençãos do ensino aprimorado, superior, clamam pela continuidade dos cursos à beira de iminente colapso e acreditam que podem contar com o alto patriotismo de Vossa Excelência para a causa que espasma, que sendo sua, também, é do Estado e da própria sociedade brasileira.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de nosso mais profundo respeito."

Sr. Presidente, tomando conhecimento desta súplica, passamos a ler o apelo memorial, e tal seu fomento de justiça que nos julgamos no dever de vir a esta tribuna e lançar esse apelo, que, estou certo, terá a mais alta repercussão junto ao Sr. Presidente da República. Está nas mãos de Sua Excelência minar, quanto a medida eficaz, de modo a que não falte a mocidade estudiosa esse ensino gratuito, que tanto tem servido à mesma, pois por ali têm passado as mais relevantes figuras da administração pública, do comércio e da indústria, hoje em dia.

Na sequência desta minha argumentação, passo a ler, para conhecimento do Senado, os termos do manifesto apelo dirigido ao Sr. Presidente da República:

"Exmo. Sr. Presidente da República:

Acabamos de assistir, profundamente desolados, à retirada dos móveis e utensílios que guardavam as salas do 2.º andar no "Edifício Andorinha", onde, por mais de um decênio vêm se ministrando, gratuitamente, vários cursos instituídos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público subordinado a essa Presidência.

Essa retirada de móveis, dentro de mais alguns dias, talvez um mês, também se estenderá ao 3.º andar daquele edifício, de vez que, decididamente, os Cursos daquele Órgão não mais poderão funcionar ali, pois em razão da sentença passada em julgado a Justiça de nossa terra deu ganho de causa ao proprietário dos referidos andares (2.º e 3.º), que a todo o transe deseja o imóvel livre e desembaraçado para nele executar as obras que por certo irão render-lhe farta pecunia.

Excusamo-nos com o devido respeito a Vossa Excelência, Senhor Presidente, de entrar no mérito da questão que motivou esse desalojamento forçado bem como o de dizer a quem cabem os ônus desta tristíssima situação que vem de atingir fundo a cerca de dois mil (2.000) brasileiros que, presentemente vêm se beneficiando com os referidos Cursos do DASP, e que merecem os Certificados que pleiteiam através do estudo perseverante, dentro em breve se tornarão mais úteis à coletividade, às repartições onde funcionam e aos Estabelecimentos comerciais e

industriais onde desenvolvem fecundas atividades.

Os Cursos em apêgo, Excelentíssimo Senhor Presidente, têm operado milagres; eles já foram perulstrados por mais de 45.000 brasileiros, dentre eles eminentes homens públicos que hoje ocupam posições de alto relevo na administração do país, e vale afirmar a V. Ex. que para mais de 13.000 Certificados de conclusão de cursos já foram expedidos; os ditamos de nossa Carta Magna determinando caber ao Estado o incentivo maior da cultura e das letras, tem encontrado no Órgão subordinado a essa Presidência notável animador; ele, tem sido o orientador constante e seguro da mocidade que se tem inclinado pela função pública e que merece da alta abnegação dos dignos Professores dos referidos Cursos têm conseguido ingressar, através as batallas dos concursos público, nos vários órgãos da Administração federal, estadual, municipal e estatal.

Os estudantes que, com a dedicação e alto respeito subcrevem e encaminham o presente Memorial-Apelo a Vossa Excelência, não querem acreditar que a revelia de V. Ex. e sem seu pleno conhecimento, estes Cursos desapareçam; privando-os e ao Estado — pois grande parte deles exercem função pública — de cidadãos e funcionários mais capazes, mais experientes e mais dedicados à causa pública. E, Sr. Presidente, bem sabe Vossa Excelência, um indivíduo capaz é um ser psicológico e visceralmente honesto, que não se deixa cabair, que não se degradará jamais, que elevará sempre o cargo que conquistou com esforço e luta, fatores que em consequência resultarão na confiança coletiva.

Não é crível, como, Sr. Presidente da República, que termine aqui de maneira ingloriosa, numa desumana ação de despejo contra órgão de ensino que as mãos cheias tem disseminado saber e cultura, esta esplêndida e nobre faceta que tem sido, já por longos e infatigáveis atos legítimos apanágio da ilustre Administração dos Cursos do DASP, e consequentemente dessa Presidência por ser seu Órgão especializado.

Distinatamente, Sr. Presidente, vimos assistindo à luta ingente de V. Ex. em prol da obra de salvação nacional que visa a reconquista do tempo perdido para emparelhar a nossa Pátria às grandes Nações do mundo. Por tudo isso, nessa magnífica empreitada que objetiva o Brasil saudável em todos os seus aspectos e que já vem operando vitórias inesquecíveis, não acreditamos que V. Ex. e, e, não faltar nesta emergência à mocidade pobre, à mocidade que quer evoluir mercê de esforço próprio e honesto, à mocidade que não pode pagar cursos à mocidade enfim que precisa dos Cursos do DASP e de seus brilhantes professores para, de alguma sorte, ajudar a obra impar e máscula do engrandecimento do nosso País.

Exmo. Sr. Presidente: Os que este subscrevem, tranquilos com o rumo que os acontecimentos vão tomando, não querem admitir, que por mera questão de insatisfação comercial, os Cursos do DASP sediados no "Edifício Andorinha" venham a cerrar as suas portas, em definitivo.

Recusamo-nos, Exmo. Senhor Presidente, a acreditar nesse desfecho lamentável para os nossos

foros de povo civilizado, máxime que isso aconteça no governo dinâmico de V. Ex.<sup>a</sup>, que sabemos voltado para as grandes obras do espírito, e que suficientemente esclarecido do que passa, há de por certo vir em apoio de nossa pretensão, a de não interromper o ciclo de nossas atividades estudantis naquele Cenáculo.

Desejamos preclaro Senhor Presidente, que, não sendo possível a continuidade dos cursos no local onde ainda se encontram, congestionados em salas do 3.<sup>o</sup> andar, seja determinado por V. Ex.<sup>a</sup> a título precário que os mesmos venham a funcionar em dependências de prédios do Governo no Centro desta Capital, até que novas dotações orçamentárias permitam, afinal, a direção do DASP a instalação definitiva em local apropriado, funcional, para atender às suas finalidades patrióticas.

Contando sinceramente com o alevantado patriotismo e o alto espírito da solidariedade que são o apanágio do nosso grande Presidente da República, de ante não se confessam penhorados e reconhecidos, os seus patriotas, que este subscrevem.

(Seguem-se as assinaturas dos alunos, precedida da designação do curso e nome do catedrático (prof. efetivo da cadeira)).

Sr. Presidente, não entramos no exame da maneira pela qual os estudantes encaram a personalidade do eminente Sr. Presidente da República; ficamos no terreno objetivo, que é aquele que nos interessa fundamentalmente. Como vimos este é o seguinte: um curso de estudos que já conta dez anos; um curso destinado à mocidade pobre; um curso pelo qual já passaram 45 mil estudantes; um curso que já passou 13 mil certificados; um curso que se destina, sobretudo, a aprimorar o funcionalismo público, está em vias de dissipar-se, extinguir-se, desaparecer totalmente, se uma providência imediata não for por quem de direito, isto é, pelo Exmo. Senhor Presidente da República. Digo que essa providência deve emanar dos canais competentes do próprio Sr. Presidente da República. Sr. Juscelino Kubitschek, porque esse órgão da administração pública, que é o DASP, está subordinado diretamente a S. Ex.<sup>a</sup> através da sua Casa Civil.

Ora, Sr. Presidente, como seria possível que, para atalhar essas males, o DASP, que tanto serve à sociedade estudiosa tivesse de cerrar como tudo já indica as suas portas de órgão de ensino, e de ensino benemérito, porque é aquele ensino que beneficia a juventude desprovida de recursos para frequentar universidades? O Governo, no cumprimento exato da Constituição, que assegura a cultura para todos, deve voltar as vistas para essa situação delicada, e providenciar, sem tardança, sem demora, de modo que não haja desconformidade nos ensinamentos do DASP, porque são de necessidade pública. Senhor Presidente, eu, que pertencço à Minoria, sentir-me-ia desacreditado e desmoralizado se, porventura, permitisse o Chefe do Governo que órgão do ensino dessa natureza cerrasse suas portas deixando de ministrar seus ensinamentos à mocidade brasileira; mocidade de que dependemos, que será a garantia do nosso futuro e o orgulho dos dias de amanhã.

Estou convencido de que o Senhor Presidente da República, tendo conhecimento desse fato gravíssimo, virá, quanto antes, em socorro desses estudantes desvalidos, e contribuirá, com sua boa vontade, para que esse curso não cerre suas portas; desta maneira, terá prestado serviço dos mais relevantes à coletividade brasileira.

O Sr. João Villasboas — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não, com muita honra.

O Sr. João Villasboas — Da brilhante exposição que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo, nota-se grande desídia da parte da administração pública, que já devia contar com esse resultado, isto é, com a consequência da execução de sentença de despejo, e, portanto, já devia ter tomado, desde logo, as providências necessárias, para a transferência da escola.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Registro com satisfação o aparte com que me honra o nobre Senador João Villasboas. Mas, ainda há pouco, quando eu lia, no memorial, os elogios à personalidade do Exmo. Sr. Presidente da República, permiti-me dizer que, de minha parte, não tomava conhecimento dessas conceituações, ainda que pertencendo à Maioria, porque situava tão alto e em linhas tão elevadas a questão que não queria, sob forma nenhuma, a mais distante possível, ficasse qualquer laivo de partidatismo.

Ora, o aparte com que acaba de me honrar o brilhante parlamentar que é o nobre Senador João Villasboas contém um pouco de veneno. É verdade que um desses venenos tenues, suspicasses, que se infiltram de tal forma que a não se percebe e acabam matando.

O Sr. João Villasboas — V. Excelência dá licença para uma explicação?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É possível que não tenha compreendido muito bem o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. João Villasboas — V. Excelência está redondamente enganado neste ponto.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É grande alegria para mim registrá-lo.

O Sr. João Villasboas — Sou dos primeiros a reconhecer que, naturalmente, o Sr. Presidente da República não teve conhecimento do fato.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito grato a V. Excelência.

O Sr. João Villasboas — Refiro-me à administração do DASP, entidade que deveria tomar providências, independentemente de levar o assunto ao conhecimento do Sr. Presidente da República. Qualquer outro órgão, mesmo o Ministério a que está subordinado o Departamento, poderia adotá-las.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Esclarecido esse fato pelo nobre Senador João Villasboas, não tenho dúvida em associar-me ao pensamento de S. Ex.<sup>a</sup>.

Creio mesmo que há alguma coisa ainda a olhar: a atitude do próprio DASP e da administração pública, que deviam ter tomado providências antecipadas.

O Sr. Primo Beck — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Primo Beck — Neste ponto, estou de pleno acordo com a opinião do nobre Senador João Villasboas, quando justifica a inoperância da administração pública, motivo que trouxe V. Ex.<sup>a</sup> à tribuna. Realmente, devido a essa inoperância de alguns funcionários, que têm a chave da administração paga o Governo pelo mau andamento da coisa pública. Neste ponto, estou de pleno acordo com o nobre Senador João Villasboas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, acabo de ser

honrado com o aparte, como sempre ponderado e brilhante, do nobre Senador Primo Beck, digno representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os tambores) — Permite-me comunicar ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. MEM DE SÁ (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro de V. Ex.<sup>a</sup> consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti continue nos honrando com a sua palavra brilhante.

O SR. PRESIDENTE — O Senado ouviu o requerimento formulado pelo nobre Senador Mem de Sá.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Mem de Sá, esse brilhante parlamentar da oposição, a oportunidade que me dá, com o apoio da Casa, de prosseguir nas minhas modestas considerações.

Já me encontrava, no entanto poderel dizer, nos estertores desta obscura oração.

O Sr. Mem de Sá — Não apolo!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Como acentuai, Sr. Presidente iria encerrar meu discurso com superficiais considerações a respeito da tramitação de uma ação de despejo para mostrar que nos voltelos da mesma é bem possível colher, de surpresa, qualquer administrador.

O advogado, o homem que vive no Fórum, tem realmente, esperança ilimitada. A ação forense, através do patrono, não encontra limites, e só quando chega ao termo, é que se pode considerar definitivamente vencida.

Ocorre, assim, que, numa ação de despejo — não obstante determine a processualística medidas de caráter excepcional, que nem sempre permitem o desenvolvimento comum a qualquer outro processo, sobretudo as das ações ordinárias — algumas vezes o advogado ainda recorre, por meio de evasivas e exposições, obtendo um retardamento ou uma saída, em que situam o debate judiciário.

Numa ação de despejo, apesar da sentença proferida, pode acontecer que o advogado ainda alimente o propósito de surgir com um recurso qualquer, como nos recursos de revista e, assim, contornar a dificuldade do momento, criando uma possibilidade de vida para a ação.

É porém, comum e corrente, no desenvolvimento da processualística em ações especiais desse jaez, tal qual a de despejo, a não usança desses expedientes, porque a lei os coarta de maneira impositiva.

Isto bem poderia criar, numa ação de despejo, uma situação psicológica, que não permitisse atuação de caráter imediato; consequentemente, os advogados, alimentados pela esperança até a última hora, trariam ao conhecimento da administração, como pode acontecer, a segurança do mal indilgível.

De qualquer forma, não há dúvida de que, como se diz, passada em julgado a sentença, o que dela decorre é de esperar, é a sua execução.

Se está iminente essa execução a ponto da autoridade pública, fazer, por conta própria ou premissa, mesmo, por uma execução parcial, o despejo do segundo andar, este poderia estar sendo impedido por decorrência futura, ao terceiro, impedindo o funcionalismo dos cursos do DASP. A providência

impunha-se, lamentamos não, tenha sido tomada antes.

Viemos a esta tribuna, para esse brado de alerta, na convicção de que o honrado e eminente Sr. Presidente da República encontrará um meio de atender a esses estudantes, que assim se vêem desprestigiados, a não ser que o Poder Público venha em seu socorro. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE: Sôbre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário.

É lido o seguinte

## Requerimento n. 523, de 1956

Nos termos do art. 123, letra "a", do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício para o Projeto de Resolução n.º 33, de 1956, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1956. — Vitorino Freire.

O SR. JOÃO VILLASBOAS: (Pela ordem) — Sr. Presidente, desejaria que V. Ex.<sup>a</sup> informasse qual a emenda do projeto, porquanto o requerimento apenas se refere ao seu número refere-se ao Projeto n.º 33, que nomeia funcionários aprovados em concurso.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE: Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto entrará na ordem do dia da próxima sessão.

Passa-se à Ordem do Dia.

Continuação da discussão ínter do Projeto de Lei da Câmara número 137, de 1956, que revigora por 30 dias o prazo concedido no § 7.<sup>o</sup> do art. 6.<sup>o</sup> da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954. (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional; tendo Pareceres favoráveis (ns. 901 a 903, de 1956) das Comissões de: Legislação Social; Serviço Público Civil; e Finanças e dependendo de pronunciamento do Plenário sobre questão de ordem suscitada na sessão anterior pelo Sr. Senador João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE: Na sessão anterior, anunciada a discussão deste projeto, o Sr. Senador João Villasboas enviou à Mesa emenda, que foi lida e submetida a apelo.

Em seguida S. Ex.<sup>a</sup> fez uso da palavra para levantar questão de ordem, no sentido de ser considerada de redação a emenda, uma vez que nada retrava do projeto nem introduzia, limitando-se a dar-lhe melhor forma.

O projeto vindo da Câmara manda revigorar por trinta dias o prazo a que se refere o § 7.<sup>o</sup> do art. 6.<sup>o</sup> da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954.

Considerando erro de técnica legislativa revigorar prazo extinto, propôs o nobre Senador, em sua emenda, texto diferente, tornando possível a obtenção das finalidades do projeto com a abertura de prazo novo, durante o qual os interessados é assegurado tudo quanto lhes foi proporcionado no anterior.

Resolvendo a questão de ordem, teve a Mesa oportunidade de manifestar o seu ponto de vista contrário a que se considerasse de redação a emenda.



Da decisão da Mesa recorreu o nobre Senador para o Plenário, tendo sido apurada falta de número, em verificação de votação requerida pelo Sr. Senador Costa Fereira.

Cumprido ao Senado, neste momento, decidir sobre o assunto.

A Mesa mantém a sua decisão anterior e deseja recordar os motivos em que a fundamentou.

Trata-se de questão relevante, pois da decisão que o Plenário tomar dependerá a orientação a seguir em relação à emenda e ao projeto.

Se a emenda for considerada simplesmente de redação, a votação da matéria poderá processar-se imediatamente após o encerramento da discussão e, se o Senado a aprovar, o projeto, redigido em definitivo pela Comissão de Redação, irá à sanção.

Em caso contrário, encerrada a discussão, a matéria voltará às Comissões que sobre ela já se pronunciaram, a fim de que emitam parecer sobre a emenda e oportunamente voltará a Plenário para votação. Sendo, nessa ocasião aprovada a emenda, o projeto irá com ela à Comissão de Redação, a fim de redigi-la em separado, sem a incorporar ao texto vindo da Câmara, de modo a voltar à casa de origem.

A Mesa entende ser de se recomendar sempre o maior cuidado em todas as modificações que se pretendam fazer nos textos legislativos votados pelo Senado. Está bem viva na recordação dos Srs. Senadores a lembrança de dois casos recentes — o de um projeto originário do Senado que, alterado na redação final na Câmara, remetido à sanção e vetado pelo Presidente da República, provocou reclamações naquela casa e em sessões conjuntas do Congresso, pretendendo-se que devesse ser considerado inexistente o voto presidencial para que a matéria voltasse ao Senado; e o de outra proposição desta casa, cuja redação encaminhada à revisão se distanciava do vencido, tendo-se tornado necessário oferecer-lhe substitutivo para restabelecer os exatos termos aprovados pelo Senado.

Não é demais recordar-se o conceito tradicional no Congresso quanto a emendas de redação. Detsinam-se estas somente a aprimorar o texto, no tocante ao vernáculo, escunhando-o de defeitos.

No caso em apreço, não é de defeito de vernáculo que se cogita, mas de defeito de técnicos legislativos, como bem acentuou o ilustre autor da emenda.

Não se enquadra, pois, a modificação proposta no conceito da emenda de redação.

E' de lembrar-se a observação feita, em aparte ao discurso do Sr. Senador João Villasboas, pelo ilustre Presidente, da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à forma adotada no projeto, de revogar o texto de lei anterior. Conforme S. Ex.<sup>a</sup> acentuou, trata-se de técnica tradicional na legislação brasileira.

Recordando esses conceitos, a Mesa deseja acentuar que da própria possibilidade de se sustentarem as duas orientações antagônicas — a que o projeto adotou e a que a emenda preconiza — parece resultar a necessidade de que a alteração proposta, se aprovada pelo Senado, venha ser objeto de apreciação pela casa de origem, à qual, parece, não deve a casa revisora privar do direito de se pronunciar a respeito.

Nessas condições, a Mesa, retirando o seu ponto de vista, vai submeter a questão de ordem ao Plenário, que a decidirá com a sua alta sabedoria.

Estou informado, entretanto, de que o nobre Senador João Villasboas pretende retirar a emenda que apresentou. (Pausa).

#### O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Pela ordem) Sr. Presidente, requiero a retirada da emenda.

#### O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aguardara requerimento escrito de V. Ex.<sup>a</sup> (Pausa).

E' lido e aprovado o seguinte

#### Requerimento n. 524, de 1956

Requerio, nos termos do art. 126, k, do Regimento Interno, a retirada da emenda n.º 1, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1956.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1956. — João Villasboas.

#### O SR. PRESIDENTE:

D'acôrdo com a decisão do Plenário, passa-se à discussão do projeto.

#### O SR. PRIMIO BECK:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, lamentavelmente, por motivo de doença, não compareci à última sessão do Senado, quando se iniciou a discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1956.

Somo Relator da matéria, na Comissão de Legislação Social, e a exemplo do que fiz naquele órgão técnico, desejo solicitar o atenção dos meus nobres pares para o que está em art. 6.º e seu parágrafo 6.º.

Dispõe o referido artigo:

"Os atuais quadros da pessoal da Superintendência e das Empresas subordinadas serão reorganizados, a fim de se ajustarem às reais necessidades dos serviços e às responsabilidades financeiras".

Sr. Presidente, o que mais impressionou ao tomar conhecimento do projeto, na Comissão de Legislação Social, foi a situação atual da Empresa, que é um patrimônio público.

Pelos elementos que ns foram dados a conhecer não se sabe quais os funcionários efetivos, quais os extranumerários, e se certas pessoas que no fim do mês se apresentam para receber vencimentos estão, como dizem, realmente vinculados à Superintendência.

Eis por que no meu Relatório fizeti a discordância existente entre o art. 6.º e seus parágrafos sexto e sétimo; solicitando especificamente a atenção dos nobres colegas para o fato da Superintendência, em menos de vinte e quatro horas, com os quadros organizados, haver determinado a afixação de edital convocando os funcionários a optar pela condição de efetivo ou de extranumerário.

Vejam V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente — e lamentando dizê-la nesta Casa — a anarquia reinante numa empresa em que o Poder Público tem grande haveres envolvidos. A Comissão de Legislação Social espera que o plenário, na sua soberania, aprove seu parecer assim como os dos demais órgãos técnicos que concluem no mesmo sentido, a fim de se for um forio na desordem reinante naquela entidade administrativa.

Era o que desejava ressaltar à Mesa e aos meus dignos pares. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

#### O SR. GILBERTO MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, estou inteiramente de acôrdo com as sábias ponderações feitas pelo Relator na Comissão de Legislação Social, Senador Primio Beck, em torno do assunto.

Tive oportunidade de Relatar a matéria na Comissão de Serviço Público Civil e, como acentuou S. Ex.<sup>a</sup> na verdade, a opção se tornava ficta nas Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de vez que o marcado prazo tornava inexequível aos servidores daquela instituições a escolha entre a situação de empregado ou de extranumerário, com plena consciência.

Acresce, ainda, a circunstância da incompatibilidade nitidamente assinalada nos Arts. 6.º e 7.º pois os funcionários só poderiam fazer a escolha quando, de acôrdo com o texto legal, estivesse completo e organizado o quadro do pessoal. Só conhecendo sua situação definitiva poderiam optar pelo melhor lhes conviesse.

Na realidade (muitos deles, servindo em localidades à distância, não se poderiam valer do tempo fixado pela Superintendência, o que tornava inexequível a opção.

De resto, nem sequer se tratava propriamente de opção. No aviso afixado se dizia que deveriam optar. Ora, opção significa preferência. — Desde que deviam optar, não havia o que escolher.

Assim, estou itneiramente de acôrdo com o texto legal. O nobre Senador João Villasboas com os seus conhecimentos de jurista eminente, naturalmente tratou de lhe dar melhor redação, no sentido de técnica jurídica mais aperfeiçoada e aceitável. Entretanto, mais do que isso, deve ter impressionado S. Ex.<sup>a</sup> ao retirar sua emenda — com o que estou de inteiro acôrdo — a justiça do projeto ora apresentado à nossa consideração, de autoria do eminente Deputado Fernando Ferrerri, a quem, neste momento, louvo pela iniciativa, enfrentando-lhe, desde já, meu apoio e meu consentimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem).

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, votei pela decisão da Mesa, contra a emenda do ilustre Senador João Villasboas, por questão de oportunidade. Entendo que a emenda era tipicamente de redação assim como a criação necessária. Não é possível revogar-se uma lei que já perdeu a sua eficácia no tempo. Devemos, portanto, fazer essa emenda de redação, porque irá aprimorar a lei.

Como o Regimento dispõe que projeto aprovado sem emendas deve subir imediatamente à sanção, consulto V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, se não é possível deter essa marcha e receber a Mesa emenda de redação, indelicadamente necessária.

Esta a questão de ordem que submeto à alta apreciação da Vossa Excelência. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Desejo esclarecer ao nobre Senador Daniel Krieger que a decisão da Mesa a respeito da emenda de autoria do nobre Senador João Villasboas foi no sentido de que se tratava realmente de emenda de redação.

Esta só poderia ser modificada por deliberação soberana do plenário. Rejeitada a decisão da Mesa, o projeto continuaria em discussão e seria votado sem a emenda, que, considerada de redação, seria apresentada na Comissão respectiva.

O nobre Senador João Villasboas, todavia, desejando evidentemente colaborar com a Mesa, retirou a emenda.

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, consulto V. Ex.<sup>a</sup> sobre se não se poderia, depois de aprovado o projeto, apresentar emenda de redação.

#### O SR. PRESIDENTE:

Não é possível, de vez que não se está discutindo a redação final. A oportunidade seria quando o nobre Senador João Villasboas apresentou sua emenda.

Em discussão o projeto. Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada (Pausa). Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados (Pausa).

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção.

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 137, de 1956

(N.º 1.165-C-1956, na Câmara dos Deputados)

Revigora por 30 dias o prazo concedido no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica revigorado por 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da presente lei, o prazo concedido no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional).

§ 1.º Poderão optar nos termos do dispositivo legal de que trata este artigo e dentro do prazo ora revigorado, seja qual for o título ou forma de pagamento que recebiam como remuneração de seu trabalho, até 30 de março de 1954:

a) os servidores e empregados da Empresa "A Noite";

b) os subordinados à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional;

c) os amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias previstos no art. 5.º

§ 2.º As opções de que trata esta lei devem ser apresentadas no protocolo geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 163, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano, de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo; tendo Parecer favorável, sob n.º 828, de 1956, da Comissão de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados (Pausa).

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 163, de 1956

(N.º 955-B-1956, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autoriza a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para atender despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de



**Arquitetura e Urbanismo, na segunda quinzena do mês de julho de 1956, na cidade do Rio de Janeiro.**  
Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1956, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para execução de obras de regularização do regime e derivação de águas de rios, relacionadas com o plano de eletrificação do mesmo Estado, cujo registro foi denegado pelo Tribunal de Contas em sessão de 14-10-1955; tendo Pareceres favoráveis (ns. 877, 878 e 879, de 1956) das Comissões de: Constituição e Justiça; Transportes, Comunicações e Obras Públicas; e Finanças.**

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação.  
Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados (Pausa).  
Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1956

(N.º 58-A-1956, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o convênio firmado, a 16 de setembro de 1955, entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para a execução de obra de regularização do regime e derivação de águas de rios, relacionados com o plano de eletrificação do mesmo Estado, cujo registro foi denegado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 14 de outubro de 1955.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário:

**Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 286, de 1952, que revoga o inciso IX do § 6.º do artigo 178 do Decreto-lei número 4.657, de 4-9-1942 (Código Civil); tendo Pareceres favoráveis (ns. 220 e 1.010, de 1955, e 786 e 787, de 1956) das Comissões de: Constituição e Justiça; Saúde Pública; e de Legislação Social.**

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 127, de 1955

(N.º 1.498-B-1951, na Câmara)

**Concede à Cia. Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusiva a de previdência social, para materiais encomendados nos Estados Unidos da América do Norte e destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços, constantes da relação abaixo:

12 — (doze locomotivas Diesel-Elétricas, de 64 toneladas métricas, para bitola de um metro, acionadas, cada uma, por motor Diesel e respectivos acessórios.

Para motores Diesel modelo FWL-6T

4 — CB-16 AC — Mancal do eixo de excêntrico.

2 — CB-1618 C — Mancal da extremidade do eixo de excêntrico.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.  
Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 286, de 1952

**Revoga o inciso IX do § 6.º do Art. 178 do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Código Civil).**

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1.º É revogado o inciso IX do § 6.º do Art. 178 do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Código Civil).

Art. 178. ....

IX — A ação dos médicos, cirurgiões ou farmacêuticos, por suas visitas, operações ou medicamentos, contado o prazo da data do último serviço prestado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942

Art. 178. Prescreve: .....

§ 6.º Em um ano; .....

IX — A ação dos médicos, cirurgiões ou farmacêuticos, por suas visitas, operações ou medicamentos, contado o prazo da data do último serviço prestado.

**Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1955, que concede à Cia. Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços, tendo Pareceres favoráveis (números 891, 892 e 893, de 1955) das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; Economia; e de Finanças.**

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.  
Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

- 6 — SF-97-1 n.º 14 — Vedação de óleo para bomba de combustível.
- 192 — FV-7-N — Casquilho para mancal principal (metade).
- 6 — CB-3026 C — Cunnaro com bucha e sede.
- 72 — CSA-337-2 n.º 81 — Junta de borracha.
- 216 — 5138-GR. — Idem, idem.
- 72 — FV-11-2T1 — Camisa para cilindro.
- 72 — FV-11-2T2 — Anel de retenção.
- 24 — FV-11-2 — Bucha para haste de válvula.
- 12 — FS-11-BB n.º 1 — Sede para válvula de escapamento.
- 216 — CSA-337-1 n.º BW — Junta da caixa do injetor.
- 216 — CSA-337 n.º BW — Idem, idem.
- 126 — SF-17 n.º 53 — Junta para bucha do injetor.
- 12 — FV-11-2M n.º 1 — Sede para válvula de admissão.
- 28 — FV-12-3B — Válvula de escapamento.
- 24 — FV-12-3A — Válvula de admissão.
- 48 — FS-11-EE — Mola para válvula.
- 96 — FW-25-GG — Parafuso, ajuste do balancim e mancal.
- 144 — FV-12-3D — Guarda da haste da válvula.
- 6 — FW-25-D — Bucha do balancim.
- 6 — FW-25-E — Idem, idem.
- 12 — CB-3151 C — Haste de acionamento transversal.
- 200 — SF-53-1 — Parafuso NC 1/4" x 5/8".
- 1 — CB-1416 C — Válvula de segurança do cilindro.
- 1 — FV-11-V — Corpo da válvula de segurança do cilindro.
- 1 — CB-2222 C — Virabrequim com contra pesos.
- 6 — CB-1405 C — Biela.
- 6 — FV-4-144 — Pino para pistão.
- 144 — FV-4-1 PP — Casquilho p/biela (metade).
- 12 — CB-2364 C — Pistão.
- 6 — CB-2454 C — Injetor completo.
- 72 — FW-13-1 C — Válvula do injetor.
- 72 — FW-13-1B n.º 1 — Bico do injetor.
- 216 — SF-16 n.º 56 — Junta para o injetor.
- 12 — 10-16731 — Mola para o injetor.
- 12 — 10-16722 — Pino para o injetor.
- 216 — 10-16741 — Junta p/a admissão do injetor.
- 12 — FW-14-4M — Tubulação entre a bomba de combustível e injetor.
- 48 — SF-338-5 n.º 3 — Luva.
- 36 — 10-32416 — Porca p/tubulação de alta pressão.
- 12 — 10-39039 — Entre rôsca para entrada do injetor.
- 6 — CB-3064 C — Bomba de combustível.
- 24 — 10-18263 — Mola para o êmbolo da bomba de combustível.
- 12 — 10-39315 — Êmbolo e corpo da bomba de combustível.
- 12 — 10-22798 — Mola para a válvula de admissão.
- 24 — 10-16458 — Junta de válvula de admissão.
- 48 — 10-16464 — Ligação do alojamento de entrada.
- 18 — 10-39054 — Suporte ligação do tubo.
- 1 — FW-14-4B — Alojamento do comando do injetor.
- 108 — FW-14-4N — Junta para a bomba de combustível.
- 3 — CB-2939 C — Conjunto de ligação.
- 24 — CSA-90 — Pino cônico número 2 x 1-1/4".
- 24 — SF-50 — Parafuso de fixação NC 1/4" x 1/4".
- 24 — CB-2196 C — Conjunto da tubulação da entrada.
- 4 — CSA-378 n.º 215 — Mancal da engrenagem do eixo de excêntrico.
- 4 — CSA-378 n.º 210 — Mancal de encosto do eixo de excêntrico.
- 1 — FW-15-F — Engrenagem de acionamento do regulador.
- 1 — FV-15-2E — Engrenagem de acionamento da bomba de óleo lubrificante.
- 2 — SF-65-2 n.º L — Arruela de pressão p/o mancal.
- 2 — SF-65-1 n.º L — Contra-porca p/o mancal.
- 1 — FW-17-IX — Regulador de velocidade.
- 1 — CSA-378 n.º 204 — Mancal do eixo de acionamento.
- 1 — FW-17-1D — Bucha do eixo de acionamento.
- 1 — FW-17-8A — Regulador "Wood ward".
- 1 — GNG-17-1D — Bucha do eixo de acionamento.
- 1 — FW-17-E — Pinhão de acionamento do regulador.
- 2 — NS-205-1 — Chaveta 5/16" x 1/4" x 1,1/8".
- 2 — GN-17-7L — Porca p/o eixo de acionamento do regulador.
- 24 — SF-160 — Tê 1/4" O.D.
- 24 — SF-156 — Cotovelo, 1/4" O. D. — 1/8" (tubo).
- 12 — FW-17-13G — Diafragma.
- 1 — PW-17-13A — Diafragma do alojamento superior.
- 2 — FW-17-13H — Chapa da válvula.
- 36 — CB-3150 C — Tuxo do balancim com terminal.
- 24 — CB-2195 C — Tuxo da bomba de combustível.
- 6 — FV-25-B — Pino do rolete do excêntrico.
- 6 — FV-25-H — Bucha do rolete do excêntrico.
- 1 — CB-2141 C — Bomba d'água.
- 4 — SF-65-3 n.º L — Mancal.
- 12 — FW-27: 1N n.º 1 — Luva para o eixo.
- 1 — CB-1670 C — Rotor.
- 12 — FW-27-IR — Anel da bomba d'água.
- 1 — FW-27-15 — Bucha de carcaça da bomba d'água.
- 24 — CSA-152-3 — Pino de fixação do anel 1/8" x 3/8".
- 5 — NS-882 — Latas de gaxetas p/o eixo de 2".
- 4 — SF-86-2 — Mangueira de 4" x 5".
- 8 — SF-86-3 n.º N — Braçadeira para mangueira.
- 4 — CSA-378 n.º 210 — Mancal da engrenagem intermediária.
- 1 — CB-1521 C — Conjunto da engrenagem.
- 1 — CB-2214 C — Bomba de óleo lubrificante.
- 2 — FV-35-JJ — Mancal do eixo de acionamento da bomba.
- 4 — CSA-379 n.º 308 — Mancal do eixo da bomba.
- 1 — CB-2.163-C — Jogo de engrenagem para bomba.
- 2 — FV-35-X n.º 1 — Bucha para engrenagem.
- 2 — FV-35-KK — Mancal do eixo da bomba de lubrificante.
- 2 — SF-97-1 n.º 20 — Vedação de óleo para o eixo de acionamento.
- 1 — FV-35-EE — Engrenagem do eixo da bomba.
- 1 — FW-35-4B — Eixo da bomba de lubrificante.
- 2 — CSA-361 — Chaveta 5/8" x 1,34".
- 20 — FV-35-B — Calço da bomba de lubrificante.
- 6 — FV-35-W — Junta.
- 60 — 1.116-E-n.º 4 — Junta para o filtro "Nugent".
- 1 — GN-17-6S — Chave de Segurança.
- 200 — 22.120 — Junta para o cabeçote.
- 36 — 6.844 — Gaxeta para o filtro "cuno".

- 4 - 28.663 - Anel de montagem.  
 1 - 23.908-U - Reservatório.  
 1 - 10.457 - Elemento.  
 1 - 11.774 - Elemento.  
 48 - NS-292-1 - Vedação de feltro 5 1/16" x 5 1/16" x 41-7,8".  
 1 - FW-39-5F - Chapa de encosto.  
 1 - FV-39-2H - Encosto para o virabrequim.  
 2 - SF-201-1 n.º 3 - Válvula de segurança, 1/2"-15 libras.  
 2 - SF-233-13 - Manômetro para super-alimentador.  
 1 - 15.893 - Elemento para filtro "Puro".  
 20 - 17.433 - Gaxeta para filtro "Puro".  
 6 - 21.332 - Elemento de tecido - "Filtro Puro".  
 6 - 25.377 - Elemento de metal - "Filtro Puro".  
 48 - FV-69-M - Gaxeta para o tubo de descarga.  
 36 - SF-86-2 - Mangueira de descarga - 2" x 3-1/2".  
 72 - SF-86-3 n.º E - Braçadeira para a mangueira de descarga.  
 4 - FV-69-N - Gaxeta para a caixa.  
 12 - FW-69-10G - Junta para a ligação d'água.  
 6 - FW-69-Y - Junta do adaptador da saída do escapamento.  
 6 - FW-69-2A - Idem do tubo de descarga.  
 6 - FV-69-EE - Junta para o super-alimentador.  
 1 - FW-69-15A n.º 1 - Super-alimentador.  
 2 - SF-65-4 n.º E - Mancal do eixo de comando do combustível.  
 1 - CB-1.401-C - Conjunto de engrenagem e anel de fixação.  
 1 - FV-2-2J - Chaveta para engrenagem do virabrequim.  
 12 - FV-4-IN - Parafuso para pino de pistão.  
 96 - CSA-344 - Contra-porca - 1/2".  
 150 - FW-4-1 - Espaçador da artelua da válvula de retenção.  
 50 - CSA-44.318 - Anel de compressão de cromo 9" x 1/8".  
 150 - CSA-443-17 - Anel de compressão simples 9" x 1/8".  
 225 - SF-295-1 - Anel de óleo - 9" x 5/16".  
 144 - FV-9-1C - Junta da tampa.  
 12 - SF-97-1 n.º 14 - Vedação de óleo.  
 12 - GL9-4.492-6 - Ligação flexível.  
 12 - FW-10-4A n.º 1 - Ligação da tubulação de óleo lubrificante.  
 48 - FW-14-AI - Mola de desligação da cremalheira.  
 24 - CS-32-1E - Parafuso de ajuste da cremalheira.  
 2 - FW-14-43 - Alavanca do eixo de comando do combustível.  
 50 - SF-50 - Parafuso de fixação - 1/4" x 3/8".

## Para o Super-Alimentador L-202

(FW-69-15-A n.º 1)

- 3 - 821884-1 - Anel de guia dos gases n.º 59.  
 2 - 811948-59 - Conjunto do rotor, n.º 81.  
 12 - 842343-1 - Junta da carcaça intermediária, n.º 10.  
 4 - 831348-1 - Vedação de óleo - lado da turbina n.º 18.  
 4 - P27-G51 - Vedação do anel de retenção, n.º 17.  
 6 - 821659-1 - Mancal - lado da turbina, n.º 19.  
 6 - 821660-1 - Mancal - lado da ventoinha, n.º 20.  
 6 - 831349-1 - Idem, lado da ventoinha, n.º 21.  
 18 - 842148-1 - Parafuso do anel dos gases, n.º 62.  
 18 - SS n.º 16 BWG - Fio de retenção - parafusos do anel de gases n.º 63.  
 12 - P14G24 - Porca elástica n.º 86.

## Para equipamento elétrico

- 3 - 5GE747B1 - Motor de tração completo, com caixa de engrenagem.  
 48 - 6734766G1 - Porta-escóva.  
 3 - 6751808G6 - Armadura.  
 1.000 - 8820265 - Escóva de carvão.

## Para gerador modelo 5GE-571-B1

- 24 - 6733792G1 - Porta-escóva.  
 600 - 8820190 - Escóva de carvão.

## Para gerador auxiliar modelo 5GMG146B4

- 6 - 6733704G1 - Porta-escóva.  
 200 - 6727520 - Escóva de carvão.  
 200 - 6727520 - Escóva de carvão.

## Para controle tipo 17KC59H3

- 15 - 4734382G1 - Dedo de contato.  
 15 - 6700056 - Contato estacionário.

## Para reversor tipo 17-DP12B

- 6 - 17MV1A6 - Válvula magnética.  
 10 - 5122101 - Bobina de operação.  
 20 - 6742B11G1 - Dedo de contato.  
 20 - 8800657 - Suporte do contato estacionário (contato único).  
 20 - 8800654 - Idem, (contato duplo).

## Para contator tipo 17CM12 Forma C8

- 16 - 4739369 - Bobina de operação.  
 100 - 6713304 - Ponta de contato.

## Para contator Tipo 17CM12 Forma J51

- 4 - 4729362 - Bobina de operação.  
 50 - 6703513 - Ponta de contato.  
 15 - 17AF14H1 - Intertravadores.  
 15 - 17AF14H3 - Intertravadores.  
 20 - 6700314 - Dedo de contato com mola de compressão.  
 20 - 4709859 - Ponta de contato para contato móvel.

- 20 - 6700303 - Suporte para dedo de contato.  
 20 - 6700284 - Dedo de contato com mola de compressão.  
 20 - 4710497 - Ponta de contato para contato móvel.

## Para contator tipo 17CM12, Forma L30

- 6 - 4739369 - Bobina de operação.  
 50 - 6701049 - Ponta de contato.

## Para Intertravador Tipo 17 AF 14

- 15 - 17AF14H2 - Intertravadores.

## Para contator tipo 17CM15, Forma CC6

- 2 - 4739370 - Bobina de operação.  
 20 - 4715358 - Ponta de contato.

## Para Relé tipo 17 LC 18 K8

- 2 - 8827048 - Bobinas "shunt".  
 2 - 6711835 - Dedo de contato.

## Para Relé tipo 17 LV 30 F8

- 2 - 4739240 - Bobina de operação.  
 8 - 4702649 - Estojo para contator (10-32).  
 8 - 6725956 - Suporte para dedo de contato.  
 8 - 6700314 - Dedo de contato com mola de calibração.  
 8 - 678558OP2 - Condensador, 5 maf.

## Para Relé tipo 17LV40, Forma D21

- 2 - 4739370 - Bobina de operação.  
 8 - 6700318 - Dedo de contato com mola de calibração.  
 8 - 6706024 - Contato estacionário (interno e externo) com ponta.

## Para Relé tipo 17LV40, Forma H14

- 2 - 4739318 - Bobina de operação.  
 8 - 6700284 - Dedo de contato com mola de compressão.

## Para Relé tipo 17LV24, Forma E3

- 4 - 2738658 - Bobina de operação.  
 8 - 6738762G1 - Placa de contato com dedo.  
 20 - 6711872 - Contato estacionário (10-32).

## Para válvula magnética tipo 17 MY 22 A8

- 8 - 2738613 - Bobina de operação.

## Para válvula magnética tipo 17 MY 23, forma C4

- 16 - 17MV23C4 - Válvula magnética.  
 10 - 4739157 - Bobina de operação.

## Resistências

- 12 - 58 x 861 - Resistência tipo QFK-5901210G3, 10 ohms.  
 4 - 344 x 14 - Idem, 25 ohms.  
 4 - 58 x 862 - Idem, 50 ohms.  
 4 - 91 x 693 - Idem, 75 ohms.  
 50 - 58 x 946 - Idem, 1.400 ohms.  
 25 - 58 x 868 - Idem, 4000 ohms.  
 20 - 273938-G6 - Resistência  
 4 - 58 x 947 - Resistência tipo QFK-5901206G1, 250 ohms.  
 4 - 359 x 64 - Idem, 300 ohms.

## Para painel tipo 17-FH-8A1

- 1 - 17FH8A1 - Painel.  
 20 - 349 x 14 - Resistência, (2,75 ohms) 25 watts.  
 40 - 349 x 15 - Idem, (10 ohms) 10 watts.  
 40 - 349 x 16 - Idem, (17,5 ohms) 25 watts.  
 20 - 340 x 85 - Idem, (25 ohms) 25 watts.  
 20 - 340 x 88 - Idem, (100 ohms) 50 watts.  
 309 - 349 x 17 - Idem, (200 ohms) 50 watts.  
 20 - 26F687 - Condensador, 2 mu.f., 110 volts.  
 3 - 346 x 79 - Reostato.  
 100 - 349 x 20 - Fusível, 2 amp.

## Para relé tipo 17 LC 27 A1

- 2 - 4739417 - Bobina de operação.  
 2 - 4739418 - Bobina diferencial.  
 1 - 4739419 - Bobina série.  
 10 - 6742388G11 - Suporte para dedo, com dedo auxiliar.  
 20 - 8800091 - Dedo de contato principal com ponta.  
 20 - 6742388G12 - Terminal de contato estacionário.

## Para relé tipo 17 LV 50, forma A2 e A3

- 2 - 4739469 - Bobina de operação para relé forma A2.  
 5 - 4739493 - Idem, para relé forma A3.  
 50 - 8801558 - Ponta de contato.  
 5 - 8823823 - Mola de calibração para armadura.  
 200 - 8801928 - Contato estacionário ajustável.

## Miscelânea

- 2 — Termômetros Electric Auto Lite Co., modelo F2, completo.
- 1 — 4930282G113 — Termostato tipo CR-2992-R2.
- 5 — 4924969P113 — Conjunto de folie.
- 2 — Solenóide para regulador "Woodward".
- 20 — 5869390AG61 — Escova de carvão para motor da bomba de combustível, modelo número 5BC44AB1163A.
- 2 — 6729122P1 — Recipiente para pressão de óleo lubrificante.
- 30 — 6729122P2 — Elemento indicador.
- 50 — GE-1467 — Fusível de 35 amp.
- 50 — Lâmpada indicadora, tipo 656, 115 volts.
- 50 — Lâmpada para farol, 250 watts, 60 volts.
- 100 — Lâmpada para cabine, 25 watts, 70 volts.

## Sobressalentes para o equipamento de freio para compressor tipo 4YC

- 8 — 184414 — Juntas.
- 16 — 185448 — Anel de compressão.
- 16 — 185449 — Anel de lubrificação.
- 4 — 183175 — Pino para pistão.
- 20 — 183176 — Fio de segurança.
- 2 — 183874 — Pistão de alta pressão.
- 8 — 185450 — Anel de segmento de alta pressão.
- 8 — 185451 — Anel de óleo de alta pressão.
- 2 — 183179 — Pino para pistão.
- 4 — 183180 — Biela.
- 1 — 184652 — Cabeçote de cilindro.
- 4 — 183186 — Válvula de entrada.
- 8 — 183189 — Válvula de baixa pressão.
- 8 — 183190 — Válvula externa de entrada.
- 20 — 183197 — Mola de válvula interna.
- 20 — 183192 — Idem, externa.
- 2 — 183193 — Válvula de descarga.
- 8 — 183201 — Junta de válvula de baixa pressão.
- 1 — 184469 — Cabeçote de cilindro.
- 1 — 184556 — Válvula de entrada.
- 2 — 181768 — Válvula de alta pressão.
- 20 — 184559 — Mola de válvula.
- 2 — 184561 — Válvula de descarga.
- 8 — 99721 — Juntas para válvula.
- 4 — 183204 — Juntas para cabeçote.
- 4 — 186056 — Válvula de descarga.
- 4 — 183539 — Mola.
- 2 — 183397 — Descarregador de alta pressão.
- 8 — 183541 — Mola para o descarregador.
- 4 — 183617 — Mola de retorno.
- 2 — 183596 — Descarregador de baixa pressão.
- 8 — 183626 — Mola de retorno.
- 4 — 183209 — Juntas para tampa.
- 2 — 528195 — Filtro.
- 8 — 517441 — Anel de segurança.
- 8 — 184874 — Arruela de feltro.
- 2 — 184911 — Caixa de bomba de óleo.
- 2 — 183220 — Pistão para bomba.
- 2 — 185283 — Pistão de descarga da bomba de óleo.
- 2 — 186127 — Mancal.
- 1 — 98883 — Válvula de segurança.
- 1 — 185177 — Virabrequim.

## Para exaustor tipo 4YS

- 1 — Exaustor 4YS, completo.
- 2 — 184461 — Cilindro.
- 4 — 184187 — Pistão.
- 2 — 184649 — Cabeçote de cilindro.
- 4 — 183185 — Juntas para cabeçote.
- 4 — 183225 — Juntas.
- 2 — 183226 — Luva para vedação de óleo.
- 2 — 186128 — Vedação de óleo.

## Para válvula alimentadora tipo C-8 Pc. 18489

- 2 — 18480 — Válvula alimentadora.
- 2 — 1063 — Diafragma.
- 10 — 1060 — Mola da válvula de regulação.
- 2 — 16183 — Válvula de regulação.

## Para manipulador

- 10 — 6099 — Juntas para pistão.
- 10 — 13109 — Mola de chave.
- 10 — 1523 — Mola de válvula.

## Para válvulas de controle

- 2 — 70595 — Válvula.
- 2 — 70596 — Mola de válvula.
- 2 — 70598 — Mola de diafragma.
- 2 — 70599 — Diafragma pequeno.
- 2 — 75700 — Diafragma grande.

## Para válvula de afrouzamento

- 5 — 23507 — Mola de válvula.
- 2 — 70616 — Válvula.
- 2 — 70623 — Diafragma grande.

## Para cilindros do freio

- 2 — 1110 — Mola.
- 5 — 1114 — Juntas.
- 10 — 63579 — Guarnição.

## Para regulador tipo NS-16

- 5 — 72974 — Mola.
- 5 — 72970 — Sede para mola.

## Ferramentas em geral para motores de tração e catras de engrenagem

- 1 — T6756213G1 — Ferramentas para desmontagem do motor de tração e da caixa de engrenagem.
- 1 — 6746374G1 — Prensa hidráulica completa, para remoção dos pinhões.
- 1 — M8734891G1 — Calibre.
- Conjunto de ferramentas para o eixo de excêntrico, consistindo das seguintes peças:

- 1 — FW-44-J.
- 1 — FW-44-T.

— Conjunto de ferramentas para as bielas, consistindo das seguintes peças:

- 1 — FW-44-E.
- 1 — FW-44-AA.
- 1 — FW-44-ZZ.
- 1 — M-28.

— Conjunto de ferramentas para os cilindros, consistindo das seguintes peças:

- 1 — FW-44-D.
- 1 — FW-44-EE.
- 1 — FW-44-QQ.
- 1 — FW-44-RR.
- 1 — Ma-64.
- 1 — MS-64.
- 1 — M-32.

— Conjunto de ferramentas para o sistema de injeção de combustível, consistindo das seguintes peças:

- 1 — FW-44-P.
- 1 — FW-44-PP.
- 1 — FW-44-PP.
- 1 — FW-44-UU.
- 1 — FW-44-VV.
- 1 — FW-44-XX.
- 1 — NS-16.
- 1 — SF-55-1 n.º 3.
- 1 — 11-5101.
- 1 — 11-5290.
- 1 — 20660.
- 1 — SF-345-1.

— Conjunto de ferramentas para os mancais principais, consistindo das seguintes peças:

- 1 — PV-44-D.
- 1 — PW-44-C.
- 1 — FW-44-U.
- 1 — SF-314-2 n.º 6.
- 1 — GSB-44-N.
- 1 — M-32.

— Conjunto variado de ferramentas, consistindo de:

- 1 — FW-44-WW.

— Conjunto de ferramentas, para os pistões, consistindo das seguintes peças:

- 1 — FW-44-Q.
- 1 — FW-44-W.
- 1 — FW-44-X.
- 1 — GSB-44-N.
- 1 — FW-44-U.
- 1 — SF-314-3 n.º 2.

## Ferramentas padrão

- 1 — NS-18 — Alavanca para porca de 1/2".
- 1 — SF-52 n.º 6 — Ferramenta "Bristo".
- 1 — SF-52 n.º 7 — Ferramenta "Bristo" — 5/16".
- 1 — SF-52 n.º 10 — Ferramenta "Bristo" — 3/8" x 1 x 10".
- 1 — SF-52 n.º 11 — Ferramenta "Bristo" — 1/2 x 9/16".
- 1 — SF-52 n.º 12 — Ferramenta "Bristo" — 5/8".
- 1 — SF-314 n.º 2 — Soquete 1/2" — 1/2".
- 1 — SF-314 n.º 3 — Idem, de 9/16" — 1/2".
- 1 — SF-314 n.º 6 — Idem, de 11/16" — 1/2".
- 1 — SF-214 n.º 7 — Idem, de 3/4" — 1/2".
- 1 — SF-314 n.º 9 — Idem, de 7/8" — 1/2".
- 1 — SF-314-2 n.º 6 — Idem, 1-7/16".
- 1 — SF-314-3 n.º 2 — Idem, 1-1/16".
- 1 — SF-344-2 — Chave de porca, 1/2" x 9/16".
- 1 — SF-345-1 — Chave estôjo, 1-7/16" x 1-5/8".
- 1 — SF-347 — Catraca — 1/2".
- 1 — SF-348 — Extensão, 1/2" — extra longa.
- 1 — SF-349 — Manivela, 1/2".
- 1 — SW-360-1/2 — Soquete, 1-1/8" — 1/2".
- 1 — P23Y13 — Chaveta n.º 10.
- 1 — P23Y15 — Chaveta n.º 10.
- 1 — P23Y16 — Chaveta de 1/4".
- 1 — P23Z19 — Chaveta de 3/8".
- 1 — P23Z20 — Chaveta de 1/2".
- 1 — 841528-1 — Chaveta de 5/16".
- 1 — 841345-1 — Parafuso com olho.

— Conjunto de ferramentas para as válvulas e seus mecanismos, consistindo das seguintes peças:

- 1 — CB-2733 C.
- 1 — CB-2734 C.
- 1 — FW-44-K.

— Conjunto de ferramentas para esmerilhamento das válvulas, consistindo das seguintes peças:

- 1 — JTB-58-C.
- 1 — 56-FSA-44.
- 1 — 229-A.
- 1 — CB-31011C.

— Conjunto de ferramentas para as bombas d'água, consistindo das seguintes peças:

- 1 — FW-44-AB.
- 1 — 1002.

— Conjunto de ferramentas para os super-alimentadores, consistindo das seguintes peças:

- 1 — 831383-16.
- 1 — 831369-7.
- 1 — 842207-4.
- 1 — 842455-1.
- 1 — P27W13.
- 1 — 842324-2.
- 1 — 831370-5.
- 1 — 842452-1.
- 1 — 842459-1.

1 — Conjunto para retificar cilindros, completo.

- 20 — (Jogos) W-47-J-17 — Pedras de esmeril.
- 20 — (Jogos) W-47-J-45 — Pedras de esmeril.
- 20 — (Jogos) W-47-J-65 — Pedras de esmeril.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Redação, em 13 de junho de 1955. — *Abguar Bastos*, no exercício da Presidência. — *Cardoso de Menezes*, Relator. — *Afonso Arinos*. — *Neiva Moreira*.

Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 9 de julho de 1955.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 161, de 1956, que isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália, por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil; tendo Pareceres favoráveis (ns. 829, 830 e 831, de 1956) das Comissões de: Constituição e Justiça; Economia; e de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.  
Não havendo que peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).  
Encerrada.  
Em votação.  
Os Srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).  
Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Sanção:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 161, de 1956

(N.º 827-B-1955, na Câmara dos Deputados)

*Isenta de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxa aduaneiras, exclusivas de previdência social, para 13 (treze) caixas de objeto religiosos, contendo pequenos santos e medalhas, quadros, relíquias etc., trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos, como recordação das festividades comemorativas da Beatificação do Fundador da Congregação, aos 48.000 (quarenta e oito mil) alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil.

Parágrafo único. As 13 (treze) caixas de objetos religiosos de que trata este artigo encontram-se na Alfândega de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, Capital do Estado de Pernambuco; tendo Parecer favorável, sob n.º 897, de 1956, da Comissão de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.  
Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).  
Encerrada.  
Em votação.  
Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).  
Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Sanção:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 165, de 1956

(N.º 1.017-B-1956, na Câmara dos Deputados)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ocorrer despesas com a desapropriação, por utilidade pública,

do imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Conde de Boa Vista, n.º 1.546 — a que se refere o Decreto número 38.484, de 31 de dezembro de 1955 — destinado à ampliação das instalações da sede da Delegacia Fiscal de Saúde da 5.ª Região.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º, uma vez registrado pelo Tribunal de Contas a sua distribuição ao Tesouro Nacional, deverá ser creditado na Agência do Banco do Brasil, Sociedade Anônima, em Recife, Estado de Pernambuco, à disposição da Delegacia Federal de Saúde da 5.ª Região.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 194, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para a realização da Exposição Industrial e Viti-Vinícola de Jundiá, no Estado de São Paulo; tendo Parecer favorável, sob n.º 900, de 1956, da Comissão de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa uma emenda que vai ser lida.

E' lida e apoiada a seguinte:

#### EMENDA N.º 1

Substitua-se o art. 1.º pelo seguinte:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para auxiliar as Exposições Industriais e Viti-Vinícolas que, anualmente, se realizam nas cidades de Jundiá e São Roque, no Estado de São Paulo, destinando-se dois terços do crédito a Jundiá.

#### Justificação

O auxílio de 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) que a Câmara dos Deputados aprovou com o Projeto de Lei n.º 194-56 a fim de auxiliar a Exposição Industrial Viti-Vinícola de Jundiá é medida louvável de amparo aos que se dedicam a esse enriquecimento nacional. A medida se completará com a inclusão do crédito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) em favor de igual certame que, também, se realiza na cidade São Roque, região já grande produtora de bons vinhos e de magníficas uvas.

A emenda se impõe, portanto, como providência de elevada justiça. Sala das Sessões, 24 de setembro de 1956. — *Lino de Mattos*.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e a emenda (Pausa).

Não havendo que faça uso da palavra, encerro a discussão (Pausa).  
Encerrada.

O projeto, com a emenda, volta à Comissão de Finanças.

Esgotada a matéria constante do avulso da Ordem do Dia.

Nada mais havendo, que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 289, de 1955, que concede à Associação Baiana de Imprensa e à Associação Cearense de Imprensa o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 para cada uma, e dá outras providências; tendo Pareceres: I — Sobre o Projeto (ns. 459 e 460, de 1956) favoráveis, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças; II — Sobre as emendas de plenário (4), (ns. 908 e 909, de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com subemenda à emenda

n.º 1 e de Finanças, contrário às emendas ns. 4, 2, 3 e 4 e à subemenda à emenda n.º 1; e favorável à emenda n.º 1, com a subemenda que oferece.

2 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 164, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00 para auxiliar a construção e a ampliação, respectivamente, do Instituto de Educação do Estado de Pernambuco e do Instituto de Educação de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; tendo Pareceres da Comissão de Finanças, sob ns. 832, de 1956, favorável ao projeto e 921, de 1956, favorável à emenda n.º 2 e com subemenda à n.º 1 (emenda de plenário).

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1956, que concede isenção de todos os direitos de importação, impostos e taxas para um carrilhão de quatro sinos, doado à Prelazia da Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo Revmo. Padre Bernardo Schulte Overschl, de Essen, Alemanha; tendo Pareceres (ns. 888, 889 e 890, de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; Economia, favorável com a emenda que oferece (n.º 1-C); e de Finanças favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Economia.

4 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1956, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francisco Sá, para aplicação da subvenção extraordinária correspondente ao exercício de 1955, cujo registro foi denegado pelo Tribunal de Contas em sessão de 30 de dezembro de 1955; tendo Pareceres favoráveis (ns. 880 e 881, de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

5 — Discussão única do Projeto de Resolução n.º 33, de 1956, da Comissão Diretora, que nomeia para o cargo de Auxiliar Legislativo do Senado Ney Gomes, Antônio de Araújo Costa, Artur Levi Sequeira Schütte e Ruth de Souza Castro, candidatos habilitados em concurso (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Vitorino Freire); tendo Pareceres favoráveis (ns. 944 e 954, de 1956), das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 16 horas.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR EZECHIAS DA ROCHA NA SESSÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 1956 QUE SERIA POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

#### O SR. EZECHIAS DA ROCHA:

Sr. Presidente, amigo da árvore, — símbolo da munificência do Criador, rica dádiva — do Céu à criação humana, venho, nesta hora, prestar-lhes a homenagem do meu culto. Por isso, na data de hoje, dia da Árvore e marco de um período auspicioso para o nosso país, período que ora se inicia com o movimento pela formação de uma mentalidade dendrófila, entre a nossa gente, aqui trago o meu caloroso aplauso a essa patriótica cruzada, que virá solucionar um dos nossos magnos problemas: o reflorestamento do Brasil. Tão meritória campanha, a que já vem dando o mais decidido apoio o Chefe do Governo, conta também com a valiosa adesão das Forças Armadas, da Imprensa, do Clero e de várias associações, nos diferentes setores da vida nacional. Em Minas Gerais, cumpre destacar a iniciativa do Governador Bias Fortes, isentan-



do do imposto territorial as áreas cobertas do seu Estado, quer naturais, quer artificiais, exemplo, que merece imitação nas outras unidades da Federação. Por sua vez, participando dos mesmos propósitos, resolveu o Banco do Brasil, ao que me consta, facilitar a todo proprietário rural, com idoneidade moral e profissional comprovada, empréstimo na Carteira de Crédito Agrícola, destinado à recuperação florestal de suas terras impróprias ao aproveitamento agrícola e pastoril. Há poucos dias, ao ser-lhe entregue o plano da Campanha de Educação Florestal, elaborada por uma comissão interministerial e no qual colaborou ativamente o Sr. Ministro Ernesto Dornelles e o Dr. Dael Pires Lima, tomou o Presidente Juscelino o compromisso de executar o referido plano, acrescentando que, na agenda das realizações do seu governo, está previsto o plantio de 60 milhões de árvores nos próximos anos.

Hoje será lançada, oficialmente, em todo o país, a Campanha de Educação Florestal, dirigida pelo Doutor Dael Pires Lima, digno e oporoso diretor do Serviço Florestal. A comissão de planejamento, muito bem orientada, organizou um esquema básico de ação, constituído de vários setores, que interessarão todas as camadas sociais, a fim de que todos os brasileiros possam nela colaborar. Assim, procurou-se dar a devida importância à educação da criança, sem esquecer o campo de ação do brasileiro adulto, desde o humilde agricultor até as elites dirigentes. Como não poderia deixar de ser, porém, tomou-se particular interesse pela coletividade infantil, devendo ser as escolas os principais centros de irradiação de conhecimentos e de propaganda, no sentido de criar-se a mentalidade sadia que há de vencer o vandalismo dendroclasta que impera por toda parte.

Está, pois, iniciada a grande batalha em prol do reflorestamento do país, a cuja frente se encontra o Ministro Ernesto Dornelles e o Doutor Dael Pires Lima, nomes que, pela sua tradição de trabalho, sua capacidade de organização e sua devoção aos problemas agrícolas, constituem uma garantia de êxito.

Sr. Presidente, a quantos se empenharem, com dedicação e pertinácia, em tão benemérita cruzada, venho trazer os meus aplausos, com os quais, estou certo, concorda plenamente o Senado.

Campanha da mais alta significação econômica, além de preservar os nossos mananciais indispensáveis ao bem estar geral, virá fomentar uma das mais prósperas indústrias — a extração racional das madeiras, abundante fonte de riqueza no Canadá, na América do Norte, na Rússia, na Finlândia e até mesmo em países gentilmente povoados, como a Alemanha, a França e a Itália.

No Brasil, quase nada se há feito no particular; muito pelo contrário, nada mais fizemos que conquistar o título de fazedores de deserto. Ainda há poucos dias, o Dr. Dael Pires de Lima, declarou a respeito:

"que são raros os Estados que ainda apresentam 25% de área florestada, índice inexpressivo para satisfazer as exigências técnicas mínimas no que concerne à conservação do equilíbrio biológico climatológico e pedológico. Só em Minas Gerais são consumidas anualmente 40 milhões de árvores. Do combustível utilizado no país 76% é fornecido pela lenha. Somente a Argentina importou, em 1955, um bilhão de cruzeiros de madeira brasileira. Computando-se mais a utilização de madeira em construções, móveis, fogões domésticos e outras finalidades além das queimadas sem nenhuma utilidade e da produção carvoeira, não con-

trolada, fácil é ter-se o resultado de que numa crise com reflexos em toda a economia nacional se está, aproximando celeremente por força da falta de florestas".

Sr. Presidente, diante de tão dura realidade, todos os aplausos ainda não são bastantes para ressaltar a importância e louvar a iniciativa dos apóstolos desta magnífica cruzada, que hoje se inicia, pelo reflorestamento do Brasil. Que seja ela coroada de melhor êxito. Que os céus cumulem de bênçãos a quantos derem o seu apoio e a sua contribuição à Campanha de Educação Florestal.

Sr. Presidente, amigo e defensor da árvore que sou, querendo dar também minha colaboração a tão patriótico movimento, aproveito a oportunidade para, daqui desta tribuna, fazer êse apelo aos Prefeitos do Brasil:

"Srs. Prefeitos,

Em comemoração do transcurso do Dia da Árvore e desejando dar, desde agora, minha colaboração à meritória campanha da educação florestal, em que estão empenhados, nesta hora, o Governo, as Classes Armadas, o Clero, a Imprensa e várias associações de classe, venho dirigir-lhes este apelo — no sentido de dedicarem o maior esforço à arborização das nossas cidades e vilas, assim como evitarem todo e qualquer ato de vandalismo contra a Árvore e o patrimônio florestal da sua comuna.

Além de observarem e fazerem observar o que dispõe o Código Florestal, prestarão os Srs. Prefeitos, dessa forma, relevante serviço não só ao seu Município, mas também ao Estado e à Nação, defendendo e fomentando uma das nossas maiores riquezas, por sinal já devastada em muitas regiões do território pátrio.

Confiante na sua colaboração nesta campanha em prol da Árvore e das florestas do nosso país, tão úteis à salubridade do clima, à perenidade dos mananciais, ao bem-estar dos nossos patriotas e ao engrandecimento nacional, estou certo de que não faltará seu decidido e eficiente apoio à benemérita cruzada do reflorestamento, que muito espera da ação dos Prefeitos do Brasil."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR DANIEL KRIEGER, NA SESSÃO DE 18 DE SETEMBRO DE 1956, QUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES.**

**O SR. DANIEL KRIEGER:**

(Não foi revisto pelo orador) — Exmo. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Constituintes que nos dão o prazer e a honra da sua presença e o prazer da sua convivência, demonstrando a unidade política do País e que o passado se entrelaça com o presente e marcha para o porvir.

A bancada Opositorista com assento no Senado, integrada pelo Partido Libertador e pela União Democrática Nacional, não poderia, sem desvincular-se das suas origens, sem repudiá-las e sua cooperação, sem negar o seu idealismo, sem renegar a sua própria razão de ser, omitir-se nesta solenidade em que, entre sentimentos e emoções contraditórios se comemora o décimo aniversário da Constituição da República.

Há onze anos, Sr. Presidente, a nação brasileira, mobilizada pela sua tradição, impulsionada pela sua formação jurídica e estimulada pela vitória das forças democráticas, que acabavam de triunfar nos céus e na

terra e no mar, onde se havia disputado a primazia da liberdade.

Nessa época, Sr. Presidente, dominava o Brasil e pretendia subjugar-lo um regime totalitário; mas, mercê de Deus ele não resistiu ao esforço dos corações, nem à bravura da consciência dos brasileiros. E convocou-se nesse instante, precisamente há onze anos, a Constituinte que deveria dar a unidade, que deveria estabelecer a ligação do presente com o passado, porque há mais de um século, Senhores Senadores, os nossos maiores haviam instituído um regime que se baseava na liberdade e na justiça.

Nesse ímpeto, que não podia ser dominado, nessa corrente avassaladora, que não podia ser contida, surgiram os Constituintes de 46. Tinham eles, como dever primário e restabelecer no país o império da democracia, que exigia requisitos essenciais, como se nessa hora, precisamente há onze anos, o consentimento dos governados na investidura, o consentimento dos governados no exercício do poder, e a responsabilidade do governo, porque sem êses três princípios fundamentais não existe o regime democrático.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Constituintes, aqueles que as urnas de 1945 sagraram, estiveram a altura do mandato, porque nos deram uma Constituição que inevitavelmente pode ser chamada de democrática, visto como contém os princípios fundamentais sem os quais não pode existir uma Carta democrática.

A Constituição de 1946 não inova, no sistema político do Brasil; ao contrário ela se conserva fiel às diretrizes de 91. Adota, e nem poderia deixar de ser assim, aqueles princípios basilares sem os quais não se concebe uma Constituição no mundo moderno, que é o amparo às classes trabalhadoras, mas se filia, indiscutivelmente aos princípios clássicos que asseguram os direitos individuais, sem os quais a vida não vale a pena de ser vivida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, teve razão o grande jurista e historiador Pedro Calmon, quando afirmou que a Constituição votada pelos Constituintes de 46 é avançada, é conservadora e é equilibrada. Realmente ela reúne essas três magníficas características: é avançada, porque adotou as aspirações trabalhistas; é conservadora, porque manteve aqueles direitos sagrados das Cartas de 91 e 34, atraídos da Declaração de Direitos da Constituição Francesa, porque a liberdade, disse Sampaio Dória, é o sópro que dá vida às Instituições perduráveis.

Essa é a obra magnífica e magistral dos Constituintes de 1946. Não tinham eles — assinalou-o com muita precisão, o eminente Deputado Nestor Duarte — missão criadora; sua tarefa era, sobretudo a de realizar uma obra restauradora. Era restaurar as liberdades perdidas, ofuscadas e obnubiladas, mas que renasciam, como renasce o sol, depois de todas as noites.

Essa Constituição, merece reparos — é muito ampla, muito analítica, muito minuciosa; deveria indiscutivelmente, deixar ao Poder Judiciário, como fizeram os norte-americanos, a missão específica de desdobrá-la. Mas assim não procederam os Constituintes de 1946; e tinham profunda razão para tanto. Vinham eles de uma noite caliginosa, em que o direito era uma ficção e que o poder uma realidade. Quiseram eles, assim, especificar e enumerar toda a série de direitos, para que os homens deles não se visse privados, porque os julgavam necessários à vida em sociedade.

Mas, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, uma Constituição não é, apenas, um corpo de doutrinas; não é apenas, como define Pedro Calmon, a suprema lei, que fixa as normas de Governo, que discrimina os direitos

individuais, e que estabelece as competências e que assegura a ordem, a primeira aspiração da paz. Uma Constituição tem que ser sentida e vivida; porque, se não, é um repositório teórico e nunea uma força que domina, que restringe, que disciplina o supremo fundamento das Nações que é a soberania política. (Muito bem).

A nossa Constituição, Sr. Presidente, está aí. Ela não é perfeita apesar dela ter melhorado muito a Constituição de 1934, outorgando-lhe as prerrogativas que lhe haviam sido arrebatadas e restabeleceu o Senado na sua pristina grandeza, aquelas prerrogativas que não eram de favor, mas que eram direito seu e, sobretudo eram uma aspiração da Nação — essa constituição, levou, através da cota de imposto de renda, aos municípios longínquos do Brasil as possibilidades de uma vida melhor; assegurou ao Nordeste do Brasil em três dispositivos verbais, fazendo-lhes justiça para que eles pudessem competir com os Estados do Sul, mais abençoados pela natureza e mais beneficiados auxílio dos Governos Federais.

Essa Constituição, precisa ser modificada, mas modificada por via de emendas. O próprio Constituinte deixou à Câmara e ao Senado o poder latente de constituinte que, a qualquer momento, pode exteriorizar-se.

Devemos, Sr. Presidente, e Senhores Senadores, fazer modificação na discriminação das rendas, porque indiscutivelmente ficaram os Estados desprovidos de recursos. Devemos todos dar aos Estados, para que realizem sua missão, outras verbas que poderão ser uma parcela do imposto de renda. Se assim não procedermos, a Federação será uma ficção, porque não podem ser autônomos os Estados que dependem do Governo Central da República. (Muito bem).

Sr. Presidente, estas críticas à Carta Magna eu as faço com Barthélemy, que diz que as Constituições não devem merecer o ataque sistemático dos condicionais dos seus adeptos.

condicional dos seus correligionários. Temos as vias legais — como já afirmel — para reformá-la, mas, enquanto não a reformarmos, devemos respeitá-la. E respeitá-la sobretudo, com unção, porque as Constituições representam o ordenamento jurídico do Estado, na frase expressiva de Smend. Enquanto a nossa não for modificada, nós temos que seguir, religiosamente, os seus mandamentos, porque nada há superior à suprema lei de um país, que é a Constituição.

A Constituição da República, Senhor Presidente, segundo a tradição do direito brasileiro, inscreveu, adotou, entre os seus postulados, o princípio democrático, que vem desde os tempos da Grécia, que atravessou o tumulto das civilizações e se encaustelou na consciência dos homens que aspiram a um regime de liberdade e de justiça.

Êses princípios, Sr. Presidente, êses princípios, Srs. Senadores, cumpre observá-los e cumpre respeitá-los. Mas êsse dever, não é apenas do Poder Executivo; êsse dever é do Congresso, êsse dever é do Poder Judiciário, êsse dever é da generalidade do povo.

O Congresso deve respeitar a Constituição, rejeitando os projetos de leis inconstitucionais; o Congresso deve defender êses princípios, evitando as despesas superfluas, porque a democracia não floresce à beira da miséria. Roosevelt, numa frase lapidária, sintetizou essa verdade, quando afirmou: "Onde há necessidade, não há democracia".

Portanto, Sr. Presidente, se o Congresso Nacional, se o povo brasileiro, quiser conservar o regime democrático, deve economizar e dar toda a sua solidariedade e toda a sua cooperação às medidas do Governo que tendam a criar riqueza e prosperidade.

dade para o país. (Muito bem! Palmas)

O Sr. Assis Chateaubriand — Bravo!

O SR. DANIEL KRIEGER — Se assim proceder, o Congresso estará velando e zelando, com extremos de carinho, pela sobrevivência do regime democrático, o único que concilia a liberdade com a ordem, a prosperidade com o bem-estar social.

Tenho, Sr. Presidente e Senhores Senadores, nesta conjuntura difícil que atravessa a Nação, o dever de dizer bem alto — porque falo do alto da minha consciência para o fundo do meu coração — que nós nos precisamos entender altamente e precisamos nos compreender patrioticamente! (Muito bem! Palmas)

Quem me conhece — eu que nos dias turvos de 1937 só tenho a glória de ter passado pelas cadeias do país, junto com os criminosos comuns — sabe que disso não guardo ressentimento e só me deslumbro por aquele instinto superior que, na definição de Chateaubriand, é o mais moral de todos os instintos — o amor da Pátria.

Tocado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, por esse alto espírito, eu in-

voco uma das mais belas páginas da literatura francesa contida no precioso magnífico "amais e auxiliai-vos uns aos outros".

Lammenais conta que um viajante, atravessando à tarde a montanha, foi detido por um penhasco que se deslocara. Não tenho podido removê-lo, não podendo passar pela esquerda nem pela direita, sentou-se agoniado e triste: "O que será de mim quando a noite vier, desarmado, sem alimentação e sem vestimento, quando as feras saírem dos seus covis em busca da sua presa?" Quando estava nesta meditação, chegou outro que procurou, em vão, remover a pedra. Chegou um terceiro, um quarto, e, quando todos sucumbiam, agoniados pelo desespero, um deles lembrou-se: "Oremos a Deus. Pai comum de todos nós, porque Ele nos deve dar a solução desse problema". E oraram. E aquele que tinha proposto orarem, disse: "O que eu não consegui sozinho talvez todos, juntos, possamos obter". E removeram a pedra e continuaram a viagem.

O viajante é o homem a estrada é a vida, a pedra, as dificuldades que surgem a todo momento nos caminhos dos que a trilharam. Portanto, Sr. Presidente, e Srs. Senadores,

Deus calculou o peso daquela pedra para o esforço de um só, mas não o estabeleceu para o esforço de muitos.

Quer dizer que a pedra detém a um homem que viaja só, mas jamais detém aqueles que viajam juntos.

Sr. Presidente e Senhores Senadores — sem abdicar, porque isso seria impróprio de nós, dos ideais da União Democrática Nacional — nós deveremos nos unir e nos entender para que possamos continuar esta viagem (Palmas) todos irmanados na defesa da Constituição da República pela grandeza deste país. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado).

## SENADO FEDERAL

### ATOS DO SR. DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 53 DE 24 DE SETEMBRO DE 1956

O Diretor Geral, de ordem do Primeiro Secretário, resolve designar, nos termos do art. 40, item II, alínea b, da Resolução n. 4, de 1955, Aurea de Barros Rêgo, Chefe de Seção de Re-

gistro, para responder pelo expediente da Diretoria do Pessoal, durante o impedimento do respectivo titular, Ninom Borges Seal.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de setembro de 1956. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N. 54 DE 24 DE SETEMBRO DE 1956

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir Ily Braga Rodrigues, Oficial Legislativo, classe «M», da Diretoria do Pessoal para as Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de setembro de 1956. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N. 55 DE 24 DE SETEMBRO DE 1956

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Maria José Miranda, Auxiliar Legislativo, classe «J», para ter exercício na Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de setembro de 1956. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.